



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

centro de estudos sobre áfrica

*Colecção*

"DOCUMENTOS DE TRABALHO" n.º 9



Paulo Brito

ENDIVIDAMENTO EXTERNO  
E CRISE FINANCEIRA  
EM AFRICA

I. S. E. G. Biblioteca
Servid
89 9

PAPER 374



OS TRABALHOS REPRODUZIDOS  
NESTA COLECCAO SAO DA  
RESPONSABILIDADE DOS SEUS  
AUTORES. O C. E. S. A. NAO  
CONFIRMA NEM INFIRMA  
QUAISQUER OPINIOES NELES  
EXPRESSAS.

O trabalho "Endividamento Externo e crise financeira em Africa" foi elaborado pelo Dr. Paulo Brito no âmbito da disciplina de Mestrado "Experiências de Desenvolvimento em Africa", que actualmente se denomina "Economia Africana". Os trabalhos de pesquisa foram elaborados sob a responsabilidade do Prof. Adelino Torres. Este texto está pronto há bastante tempo mas razões técnicas impediram-nos de publicar mais cedo, pelo que pedimos desculpa ao seu autor.

ISE, Fevereiro de 1988

A COMISSAO COORDENADORA DO C. E. S. A

Nota	
Introdução .....	1
I - Perspectiva geral sobre a evolução recente do endividamento externo dos PVD's .....	2
II - O endividamento externo em África - Perspectiva continental .....	11
II - 1. O défice da B.T.C. e o seu financiamento .....	11
II - 2. Características globais da dívida externa africana ..	18
III - Situações de endividamento em África .....	28
IV - Conclusões .....	42
NOTAS .....	43
ANEXOS .....	47
BIBLIOGRAFIA .....	54

NOTA PRÉVIA

Este texto reproduz praticamente sem alterações um trabalho realizado no 1º Semestre de 1984 para a cadeira de "Experiências de Desenvolvimento em África" do 2º Curso de Mestrado em Economia do Instituto Superior de Economia. Consequentemente reflecte quer o tipo de motivações e condições que caracterizam aquele tipo de trabalho, quer a altura em que foi feito, em que a "espectacularidade" dos problemas de endividamento internacional das economias menos desenvolvidas era muito superior ao actual, o que pode ter "datado" nalguma medida certas análises.

Aproveita-se para agradecer ao Prof. Adelino Torres pela orientação na elaboração do trabalho e ao Dr. Carlos Corvelo pelo acesso ao tratamento informático de dados.

Julho 1985

PAULO BRITO

## INTRODUÇÃO

O tema do endividamento externo e da crise financeira da África é em termos gerais, simultaneamente demasiado complexo e demasiado recente para que possa ser tratado com a profundidade desejável, para mais num trabalho deste tipo. Não obstante, é uma das vertentes mais importantes da situação particularmente difícil que vive a África neste momento podendo mesmo dizer-se que a partir dela se gera um novo tipo de integração global do Continente no Sistema Económico Mundial, não só pelos efeitos recessionistas a que o pagamento do serviço da dívida irá conduzir, mas também pela organização das economias em produtoras de divisas a todo o preço, pela mão do FMI. Isto se se admitir que não haverá uma alteração radical do Sistema Financeiro mundial o que é improvável.

Das várias perspectivas (complementares) para abordar o tema, adoptámos um posicionamento que estará no "interface" entre outras duas, quiçá mais importantes, mas que exigiriam um trabalho mais ambicioso e fora do nosso propósito:

- a do estudo dos "mecanismos" <sup>internos</sup> das próprias economias africanas que originaram o processo de endividamento actual (em relação com os modelos de desenvolvimento seguidos, as estruturas sociais e económicas, etc.)
- a do estudo do papel e desenvolvimento do sistema financeiro actual e os seus efeitos na dependência financeira actual da África.

Vamos, portanto, analisar quais as características actuais do processo de endividamento dos PVD's (I parte) e a forma como a África se enquadra neste processo (II parte). Por fim, tenta-se uma tipologia das situações de endividamento em África, para distinguir problemas particulares de endividamento do "problema" <sup>geral</sup> (III parte).

## I - PERSPECTIVA GERAL SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO DOS PVD'S

Apesar de situações de endividamento externo não serem uma novidade nos actualmente denominados PVD's, têm assumido a partir dos anos 70 um conteúdo qualitativamente diferente (1)\*.

Para haver uma situação de dívida generalizada como a actual, foi necessário que se reunissem 3 tipos de condições que propiciaram um certo tipo de fluxos internacionais de capital:

1ª - Uma procura de capital generalizada por parte dos PVD's decorrente da existência de défices estruturais nas balanças de transacções correntes e/ou necessidade de financiamento para projectos de investimento e para o financiamento interno. Não nos deteremos sobre as razões de ordem estrutural que estão na base desta situação, mas podemos apontar como mais importantes as seguintes:

- uma certa integração na DIT baseada num modelo de industrialização (NPI) ou na especialização na produção e exportação de produtos primários (outros PVD's)
- uma certa configuração do poder político e de estrutura de classes que originou um modelo de consumo por parte das classes dominantes e das zonas urbanas em rápida expansão, baseado em produtos importados.

2ª - A possibilidade de continuar a manter esses défices duradouramente sem ter de os financiar na totalidade através da diminuição das reservas, ou da execução de políticas de "ajustamento" (não apenas no sentido que lhe atribui o FMI de políticas de desvalorização, mas de levar à prática modelos de desenvolvimento que pusessem em causa a raiz profunda desses défices) foi possível através do endividamento externo

3ª Por sua vez, o endividamento externo exigiu como condição do lado da oferta, uma disponibilidade imensa de fundos <sup>para além das fontes</sup> tradicionais (maioritariamente públicas).

A alteração mais radical terá aparecido com o desenvolvimento de um sistema bancário internacional estreitamente ligado ao mercado das eurodivisas acompanhado por uma alteração do tipo de penetração das firmas transnacionais (com perda da importância da implantação via investimento directo) e pela estagnação da "ajuda" ao desenvolvimento (bilateral) por parte dos países industrializados. Os empréstimos privados internacionais tornam-se o tipo de fluxo financeiro internacional mais importante.

Esta capacidade de desenvolvimento do sistema bancário internacional está estreitamente relacionado com o grande crescimento das reservas internacionais no início dos anos 70 (que alguns apontam como a causa fundamental da outra vertente da crise financeira mundial - a inflação), mas também com o aparecimento de algumas "inovações" importantes e plenas consequências para o tipo de endividamento dos PVD's (vd Griffith-Jones 1984):

\* Ver notas pag.43 e seguintes

- realizações de operações em consórcio
- generalização da dívida a taxas de juro flutuantes
- cálculo de riscos financeiros e políticos como 'guia' das operações.

Tudo isto serve como pano de fundo às seguintes causas directas da evolução da dívida dos PVD's:

1º) Rigidez estrutural das importações e das exportações nos PVD's que muitas vezes têm um comportamento "neutro" face a grandes alterações na política cambial (tese que se defende p. ex. Hussain and Thirlwall 1984 para o caso do Sudão)

2º) Dependência face à situação conjuntural dos Países industrializados (PI's) por parte das exportações. Nos períodos mais agudos da recessão mundial a seguir a 1974 e particularmente a partir de 1979/80, com o aumento do proteccionismo, a capacidade de exportar por parte dos PVD's foi seriamente atingida, permitindo o recurso a empréstimos externos manter a capacidade de importação por parte destes em relação aos PI's. Daí o grande aumento dos défices da Balança de Transacções Correntes (BTC) nestes períodos (fig.1 na página 6)

3º) Evolução desfavorável aos PVD's dos preços de base e dos preços unitários relativos das exportações e das importações (com a excepção de um curto período no início dos anos 70 para a generalidade dos PVD's e em 79/80 para os produtores de petróleo) particularmente nos anos 80. (fig. 2 e 3 e quadro 1).\*

4º) Aumento do custo do capital mutuado devido ao efeito duplo da privatização crescente da dívida e do crescimento das taxas de juro internacionais. Estas, para os empréstimos internacionais em condições de mercado "alinham-se" pelas taxas de juro do mercado dos eurodólares (taxa LIBOR de 6 meses), que se apresenta na fig. 4. Notar nomeadamente a evolução entre 1977-81 (crescimento) e posterior (decrecimento). Em termos reais a sua evolução depende muito do deflactor que se escolher, no entanto, é nítido que as taxas reais são positivas e particularmente elevadas no começo dos anos 80.

5º) Situação geral de incerteza, que impediu qualquer tipo de previsão quanto à evolução do serviço da dívida, principalmente já nos anos 80, devido a:

- grande variabilidade das taxas de câmbio e revalorização do dólar, divisa na qual a maior parte da dívida está expressa (2)
- peso cada vez maior da dívida expressa em taxas de juro variáveis (quadro 2)
- grande concentração da dívida em relação aos bancos transnacionais em um número limitado de países (Brasil, México, Argentina e Coreia do Sul) colo

\*Vd. fig. 2 para os principais produtos de base, fig. 3 para o petróleo e para o conjunto de produtos de base e quadro 1 para uma comparação dos PI's com os PVD's. Neste quadro comparar nos blocos de importação e exportação as segundas, terceiras e quartas linhas em cada quadro e entre os dois blocos.

cando o sistema global em risco de bancarrota caso houvesse graves crises de pagamento dos serviços da dívida.

6º Degradação do tipo de financiamento: utilização progressiva das reservas internacionais e de financiamento de curto prazo para financiar défices da BTC (fig. 1 e quadro 3).

Concretamente quanto à evolução da dívida externa dos PVD's, podemos caracterizá-la sucintamente através dos quadros 3 e 4, que nos permitem delimitar dois (talvez três) períodos.

O primeiro período (até 1979) é aquele em que a dívida cresce mais rapidamente (quando medida pelas suas taxas anuais de crescimento e importância relativa face às exportações) baseada num acesso alargado dos PVD's ao financiamento de longo prazo e em boas condições. Os ratios de custo implícito da dívida e do serviço da dívida em relação às exportações mantêm-se baixos com uma ligeira tendência para o crescimento porque a taxa Libor e o próprio spread se mantêm baixos e com uma ligeira tendência para decrescer até 1977 <sup>(i)</sup> porque as fontes públicas de financiamento continuam a ser as mais importantes. O relativo endurecimento das condições da dívida estará mais relacionado, portanto, com a privatização da composição da dívida do que com condições desfavoráveis nos mercados internacionais de capitais. <sup>(ii)</sup>

No segundo período (1978-1982) verifica-se a conjunção de três factores:

- a continuação da privatização da dívida
- o endurecimento das condições de acesso e de custo dos financiamentos
- o efeito do peso do grande endividamento do período anterior, agravado pelos efeitos da recessão mundial sobre as exportações dos PVD's.

Resulta daqui um crescimento a ritmos decrescentes da dívida (mesmo relativamente às exportações) (3) o que mostra o aumento da dificuldade de acesso a novas fontes de capitais, uma degradação da sua estrutura em termos de prazo (com um peso crescente da dívida de curto prazo), um agravamento muito significativo e crescente dos seus custos (em termos de custo financeiro e de desvio de recursos para fazer face ao pagamento do seu serviço, no qual os juros tendem a ser mais importantes que as próprias amortizações), uma utilização de empréstimos principalmente e cada vez mais para pagar o serviço de dívidas anteriores e a multiplicação de crises de pagamento e de operações de reescalonamento.

Nesta fase, a dívida em relação aos bancos transnacionais torna-se a mais importante (comparativamente a todas as outras fontes) e, dentro das fontes oficiais, cresce a importância dos organismos multilaterais (entre os quais o BM e o FMI).

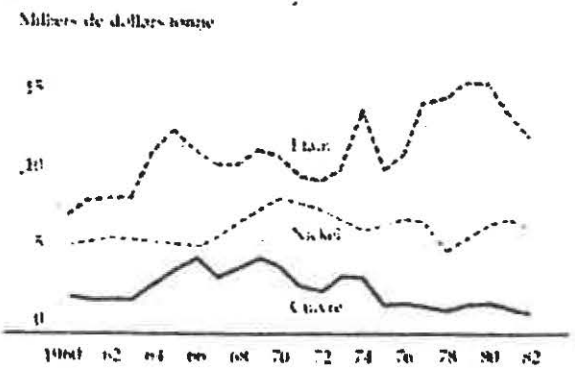
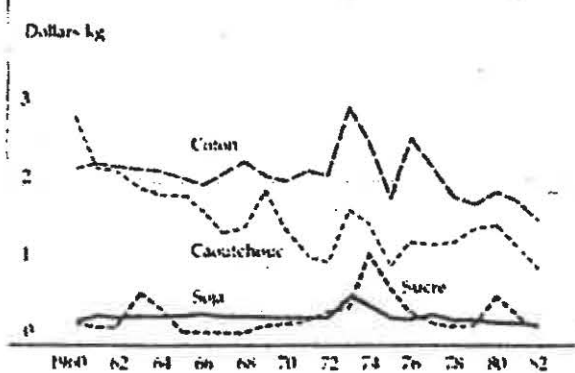
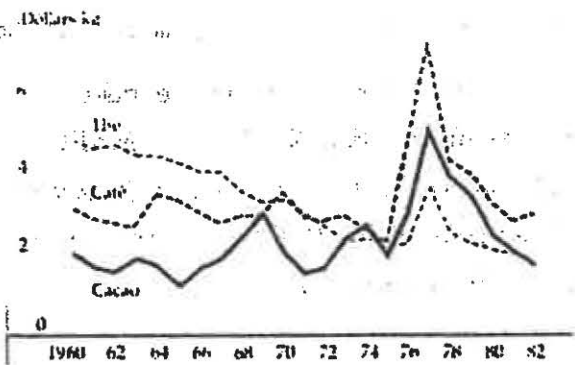
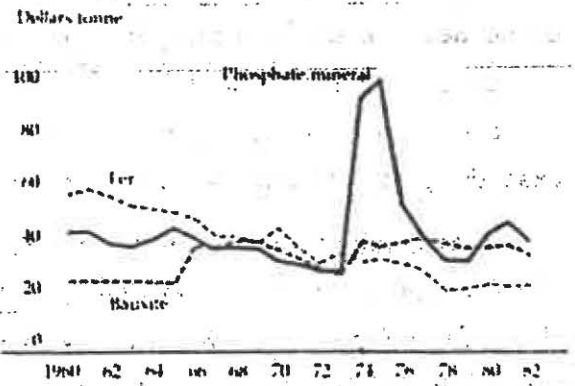
Em alguns anos o crescimento da dívida é 'amortecido' pela realização de operações de renegociação. (4) Os anos críticos são 79-80 e 1982 (quadro 3), que,

espelham situações graves de endividamento pelo menos do ponto de vista da liquidez, com fenómenos de bunching. Estes, resultam da grande concentração da dívida a curto prazo e da necessidade de efectuar grandes pagamentos do serviço da dívida, por esta ter sido assumida em condições de prazo desfavoráveis, ou por ter havido alterações importantes nos parâmetros em que é possível fazer a sua gestão, caso a haja (taxas de câmbio - do dólar principalmente - taxas de juro, na sua maioria variáveis, ou evolução das receitas das exportações).

Um hipotético terceiro período teria começado em 1983, pelo menos a aceitarmos o que é veiculado pelo Étude 1983 da OCDE (cf. OCDE 1984). Este adopta uma perspectiva optimista baseada essencialmente na evolução positiva das taxas de juro Libor desde menos de 1982 e nos seus efeitos sobre os serviços da dívida (que como vimos constituíam o problema mais grave na fase anterior).

No entanto, o grande número de operações de reescalonamento e de acumulação de atrasados em 1983, a evolução recente das taxas de juro americanas no sentido da alta, e os exemplos da Argentina e da Bolívia, talvez apontem para um novo período marcado por alterações estruturais no funcionamento do Sistema Financeiro Internacional.

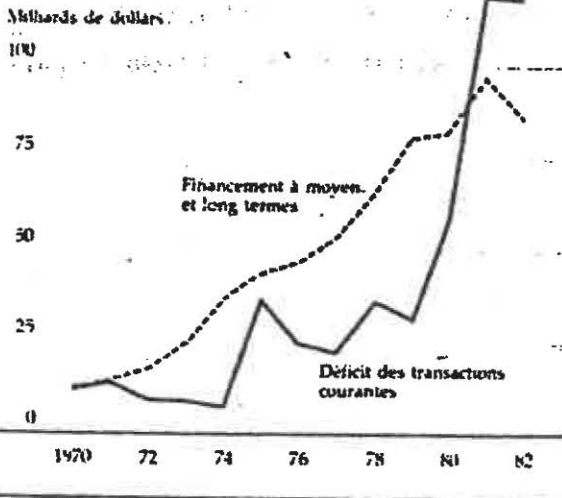
Cours mondiaux de certains produits, 1960-82



Les prix sont en dollars constants de 1981

Figura 1

Financement des transactions courantes de tous les pays en développement, 1970-82

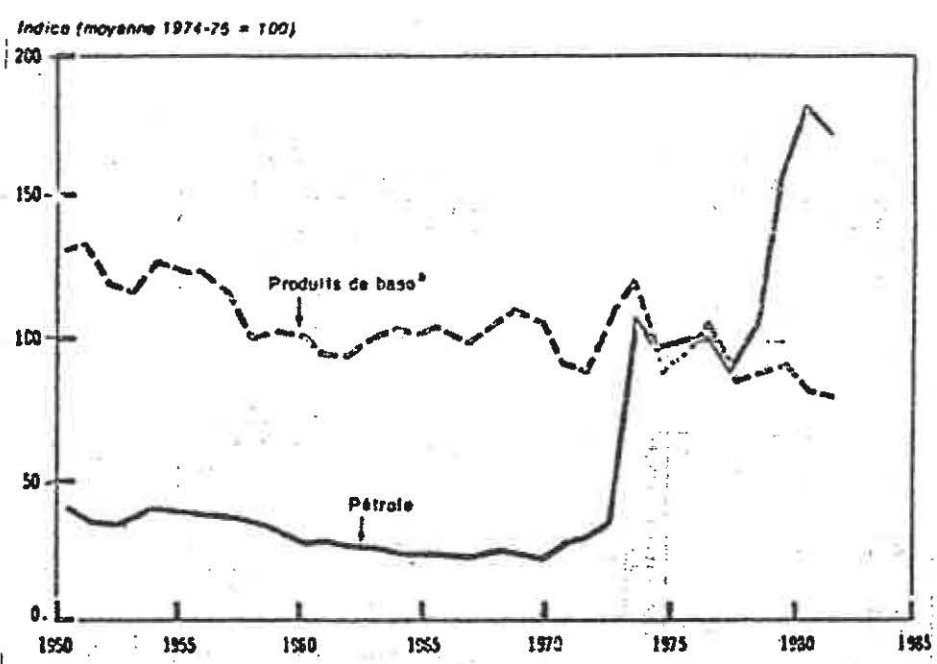


quadro retirado de : Banco Mundial (1983) World Development Report

quadro retirado de: Banco Mundial (1983) World Development Report

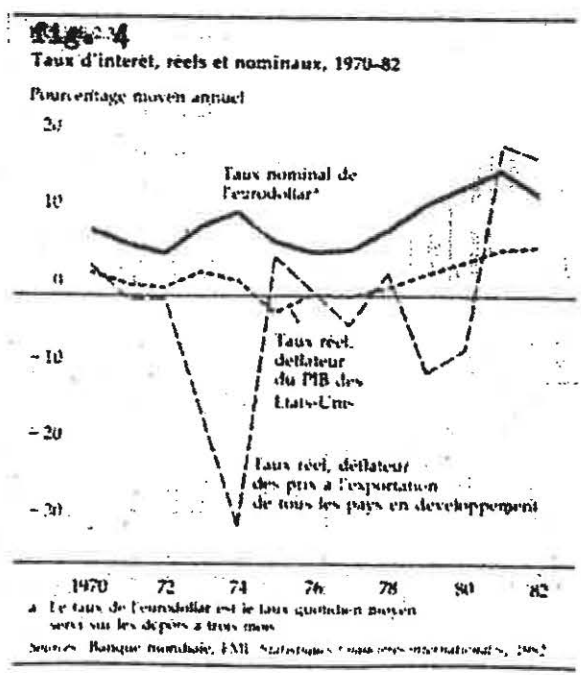
figura 3

INDICE PONDERE DU PRIX DES PRODUITS DE BASE,\* 1950-82



a. Trente-trois produits de base, pétrole non compris.  
 Source : Banque Mondiale, Rapport sur le Développement dans le Monde, 1982.

quadro retirado de:OCDE (1982) Interdependance économique mondiale



quadro retirado de Banco Mundial (1983) World Development Report

quadro 1

7

CROISSANCE EN VALEUR, VALEUR UNITAIRE ET VOLUME DES ECHANGES MONDIAUX, 1950-1981

(Variation annuelle composée en pourcentage)

EXPORTATIONS

REGION	1960-65			1965-70			1970-75			1975-80			1976-81		
	Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume	
Monde	7,8	0,9	6,8	11,1	1,9	9,1	23,1	16,5	5,6	18,4	12,3	5,4	14,9	11,7	2,9
Pays industriels	8,4	0,9	7,4	11,9	2,0	9,6	20,9	14,1	5,9	16,0	9,9	6,3	14,0	8,0	4,8
Pays exportateurs de pétrole	7,4	0,1	7,2	10,8	0,5	10,2	15,5	45,4	0,0	21,6	23,0	1,2	15,0	24,1	7,4
Pays en développement non producteurs de pétrole	5,4	1,2	4,1	7,0	1,7	5,9	20,6	13,1	6,6	21,4	10,9	9,4	18,3	8,3	9,3
Afrique	4,6	1,7	2,9	7,1	2,9	4,2	17,3	12,2	4,5	18,4	10,0	7,6	14,3	7,8	6,1
Asie	3,7	-0,5	4,2	7,7	-0,3	8,0	22,9	12,2	9,5	25,4	11,0	13,0	20,4	8,9	10,6
Europe	10,7	N/A	N/A	9,8	N/A	N/A	21,2	12,6	7,6	15,9	9,3	7,0	15,3	N/A	N/A
Moyen-Orient	4,8	1,4	3,4	6,0	0,9	5,8	24,4	14,9	8,3	19,0	16,2	2,4	19,1	13,6	4,9
Hémisphère occidental	5,8	2,2	3,6	7,7	2,8	4,7	19,9	13,6	3,7	20,6	11,9	7,8	10,4	6,9	10,7

IMPORTATIONS

REGION	1960-65			1965-70			1970-75			1975-80			1976-81		
	Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume		Valeur Valeur unitaire	Volume	
Monde	7,9	0,5	7,4	11,0	1,9	9,4	22,4	16,5	5,0	18,6	12,1	5,8	15,5	11,5	3,0
Pays industriels	9,0	0,4	8,3	11,6	1,6	9,8	21,0	16,7	3,7	18,4	12,3	5,4	13,8	11,3	2,2
Pays exportateurs de pétrole	3,1	1,0	2,1	9,3	2,0	7,2	39,9	14,3	22,4	21,2	10,4	9,8	20,5	9,1	10,4
Pays en développement non producteurs de pétrole	5,5	1,0	4,4	9,0	0,6	8,3	23,3	16,5	5,9	18,3	12,0	5,6	15,5	12,1	5,6
Afrique	7,8	1,7	6,0	7,3	0,4	6,9	19,3	13,7	3,1	15,1	14,0	1,0	18,2	13,4	4,3
Asie	4,7	0,8	3,8	7,6	-0,0	8,4	22,9	17,7	4,4	23,0	11,8	10,1	23,3	12,2	9,9
Europe	9,1	1,9	7,0	13,1	1,6	11,3	23,3	16,0	6,3	15,4	11,0	4,0	13,7	N/A	N/A
Moyen-Orient	6,7	0,7	5,9	7,7	1,8	5,8	28,9	16,1	11,0	14,2	13,3	0,6	N/A	12,4	N/A
Hémisphère occidental	2,9	N/A	N/A	9,9	1,7	8,1	24,8	16,3	7,3	17,1	11,1	5,4	10,6	13,1	4,9

Source : Fonds monétaire international

International Financial Statistics Supplement on Trade Statistics, 1982, Tableau 3, p. VIII.

quadro retirado de OCDE(1982) Interdependência econômica mundial

quadro 2

ESTIMATION DE LA DETTE NETTE TOTALE A TAUX FLOTTANT A LONG ET A COURT TERME DES PAYS EN DEVELOPPEMENT NON MEMBRES DE L'OEPEP OU DE L'OCDE, EN POURCENTAGE (I) DE LA DETTE TOTALE NETTE A LONG ET A COURT TERME, ET (II) DU PNB, (MONTANTS EN FIN D'ANNEE 1978-83)

Groupe/Pays	1978			1982			1983		
	Total \$ ml.	I %	II %	Total \$ ml.	I %	II %	Total \$ ml.	I %	II %
1. PFR	-3	-5	-1	3.1	3	1	4.1	4	1
dont :									
Bolivie	0.7	39	18	1.0	36	13	0.9	32	10
Inde	-5.4	-54	-5	-1.3	-7	x	-0.7	-4	x
Sénégal	0.2	25	10	0.3	20	13	0.3	18	11
Soudan	0.6	18	8	2.1	34	35	2.0	32	32
Zaire	1.4	33	22	1.0	21	16	1.2	24	19
Zambie	0.8	36	32	0.8	28	24	0.7	21	20
Autres PFR	-1.3	-4	-1	-0.8	-1	x	-0.3	x	x
2. PRITI + PRITS	60.2	42	8	171.9	59	12	181.9	59	12
dont :									
Argentine	1.5	26	2	20.3	71	10	20.2	70	9
Brésil	21.2	57	11	50.2	68	16	59.3	71	18
Chili	1.9	42	13	9.3	74	31	10.6	75	32
Corée du Sud	1.6	15	3	16.8	61	25	16.6	55	22
Côte d'Ivoire	0.6	22	8	2.9	51	31	2.7	47	26
Jamaïque	0.7	50	28	0.8	36	28	0.9	39	28
Mexique	23.5	71	23	57.0	78	25	55.4	78	22
Maroc	1.6	31	12	2.7	29	16	3.2	32	17
Nicaragua	0.7	54	37	1.2	46	43	1.3	45	42
Pérou	2.3	37	20	2.8	29	12	2.9	33	11
Philippines	2.6	46	31	6.6	54	15	7.7	51	16
Autres PRITI + PRITS	2.0	7	1.2	1.3	3	x	1.1	3	x
3. Total des PVD, non OPEP, non OCDE	57.2	29	5	175.0	45	10	186.0	45	9

NOTES : La dette nette totale à taux flottant comprend les engagements à long et à court terme à taux variable moins les avoirs à taux flottant. Pour le champ couvert, voir les notes du tableau 13.

Le signe "-" signifie que le pays ou groupe de pays, a davantage d'avoirs que d'engagements à taux d'intérêt flottant.

Les données de PNB en dollars courants des Etats-Unis proviennent de la Banque mondiale pour 1978 et sont estimées par le Secrétariat pour 1982-83.

quadro retirado de OCDE(1984) Endettement extérieur des PVD

## DIVIDA TOTAL (UTILIZADA) A M.L. PRAZO DOS PVD's (1975-1983)

unidade: bilhões de US dólares

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
DIVIDA TOTAL (1)(M.L.P.)	173	211	262	331	391	445	501	552	606
Novos emprést. líquidos		38	51	69	60	54	56	51	54
Taxa anual de crescimento (3)		22	24.2	26.3	18.1	13.8	12.6	10.2	9.8
Divida a curto prazo (3)	15		13		18		22		18
	(1973-1976)		(1977-78)				(1980-1982)		
SERVIÇO DA DIVIDA (M.L.P.)(1)	25.1	30.9	40.1	55.3	71.2	82.3	99.7	107.6	96.1
do qual: - Juros	8.8	10.8	12.7	17.4	25.5	35.2	43.2	50.3	48.1
- Amortizações	16.3	20.6	27.4	37.9	45.7	47.1	56.5	57.3	48.0
RESCALONAMENTOS DA DIVIDA (2)									
em	2	4	2	4	8	7	11	12	15
montante	0.4	1.8	0.2	3.0	5.4	4.0	1.9	10.0	...
EX LIBOR (depósitos de 6 (3) meses) US\$ média anual (4)	7.6	6.1	6.4	9.2	12.2	14.0	16.6	13.5	9.8
spread médio dos PVD	1.53	1.51	1.13	0.71	0.75	...	...	...	...

Ratio ( $\frac{DIVIDA\ TOT}{EXPORT}$ ) (%)	59	...	83	...	77	63	70	88	101
Ratio Serv div ( $\frac{JUROS}{EXP}$ ) (%)	3	...	4	...	5	5	6	8	8
Custo Implícito ( $\frac{JUROS}{DIV\ ano\ anter.}$ ) (%)		5.9	6.0	6.6	7.7	9.0	9.7	10.0	8.7
Rat. Roll-Over ( $\frac{SERVIÇO}{DIV.\ UTILIZ.}$ ) (%)		81.3	78.6	80.1	118.7	152.4	178.0	211.0	178.0

fontes:

(1) OCDE- Endettement extérieur des PVD (Étude 1983)

dados compatíveis com os dados do FMI, mas completados através da inclusão de dados sobre a dívida não pública,

(2) Banco Mundial-World Annual Report e World Development Report (vários anos)

(3) UNCTAD TD/B/C.93

(4) FMI- International Financial Statistics

## QUADRC 4

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA PENDENTE (INCLUINDO MONTANTES  
NÃO UTILIZADOS) NOS PVD'S E DE ÁFRICA  
valores em percentagem

	1975	1977	1979	1981	
<b>TOTAL PVD'S (95países)</b>					
- Oficial					
Bilateral	40.2	36.0	31.5	29.2	
Multilateral	20.2	20.1	20.3	22.7	
- Fontes privadas					
Crédito de fornecedores	11.1	9.5	7.3	6.0	
Instituições financeiras	24.7	30.3	37.0	38.7	
<b>ÁFRICA DO NORTE (4 países)</b>					
- Oficial					
Bilateral	46.6	40.4	36.5	38.3	(1)
Multilateral	8.3	14.3	13.4	16.2	
- Fontes privadas					
Crédito de fornecedores	20.4	18.0	13.3	13.5	
Instituições financeiras	23.4	26.4	35.3	30.8	(2)
<b>ÁFRICA AO SUL DO SAHARA (45 países)</b>					
- Oficial					
Bilateral	43.4	41.4	35.1	34.4	(3)
Multilateral	28.4	26.8	26.6	27.5	(4)
- Fontes privadas					
Crédito de fornecedores	10.2	10.7	8.0	5.0	(5)
Instituições financeiras	16.1	20.4	30.0	32.2	(6)

Fonte: Banco Mundial (1983) World Annual Report

Países segundo a origem mais importante da dívida:

(1) Egipto, Tunísia (2) Argélia, Marrocos (3) Camarões, Congo, Gana, Guiné,  
Lesoto, Mali, Mauritânia, Senegal, Somália, Sudão, Uganda, Zâmbia (4) Benin  
Botswana, Burundi, R. Centro Africana, Tchade, Ruanda, Etiópia (5) Serra Leoa  
(6) Gabão, C. Marfim, Nigéria, Togo, Zaire

## II - O ENDIVIDAMENTO EXTERNO EM ÁFRICA - PERSPECTIVA CONTINENTAL

A África enquadra-se no movimento de endividamento geral que afecta os PVD's. Não obstante, apresenta características diferenciadoras que importa analisar com mais detalhe, à escala do Continente.

Para o fazer vamos:

- numa primeira parte, estudar as características do défice da BTC e a sua forma de financiamento para um conjunto de 30 países para os quais se dispõem de dados sobre a Balança de Pagamentos;
- numa segunda parte, determinar as características globais da dívida, distinguindo-a do conjunto dos PVD's.

### II.1 - O DÉFICE DA BTC E O SEU FINANCIAMENTO

Independentemente de ser medido antes ou depois das transferências públicas (líquidas) há uma manutenção de défices elevados e tendencialmente crescentes nos anos 80 (salvo nos períodos dos "choques" petrolíferos para os países principais produtores de petróleo, Argélia e Nigéria) (5) como se pode ver no quadro 5 e no anexo I.1.

As causas directas da evolução do défice da BTC dos países africanos e as suas características estruturais podem ser assim sintetizadas (quadro 7 anexo I):

1 - Quanto à primeira questão, as flutuações do défice da BTC devem-se principalmente a flutuações no saldo da Balança Comercial, que só excepcionalmente consegue contrabalançar (e quase sempre agrava) o défice bastante elevado do conjunto das contas de Serviços e Rendimentos e das Transferências (ver quadro 7 linhas 1 a 11, ver anexo I.1 linhas 1 e 2 e ver anexo I.2 linhas 1,2,3). Mais especificamente:

i) O saldo da BTC está muito dependente da evolução das cotações de alguns bens primários (ver fig. 2 ): é positivo em 1976 e 1979-80 porque havia cotações altas para o chá, o café, o cacau, o algodão e a borracha (no primeiro caso) e para o petróleo, o estanho e o níquel no segundo caso, e negativo em 1981-82 em virtude da queda generalizada de quase todos os bens primários. Isto do lado das exportações, (bens do sector primário) porque do lado das importações (produtos manufacturados) há uma subida constante, particularmente acelerada a partir de 1980.

ii) Há uma grande dependência da África em relação aos serviços de transportes e à Tecnologia, como se pode verificar pelos grandes e crescentes défices das contas 'Transportes' e 'Outros bens serviços e rendimentos-privados' (cf. quadro 7 linhas 1 a 11, anexo I.2 linhas 4 a 9 e 19 a 21).

iii) Contribuem também negativamente para o défice da BTC os fluxos líquidos de rendimentos que resultam de fluxos anteriores de capital: investimentos directos e empréstimos principalmente. (cf. Quadro 7, linhas 1 a 11 e anexo I.2 linhas 10 a 18).

Por um lado, a partir de 1979, o fluxo líquido de juros de empréstimos contraídos torna-se mais importante que o fluxo dos lucros de investimentos directos efectuados (comparar Quadro 7 linhas 4 e 5) denotando uma alteração importante do tipo de dependência financeira, e por outro lado verificamos que se a África é um "devedor velho" no sentido que lhe dá Samir Amin no que diz respeito ao investimento directo é, por outro lado, um "devedor novo" em relação aos outros movimentos de capital (6).

iv) Como únicas contas com saldos positivos aparecem-nos as transferências tanto privadas (resultantes principalmente de a África ser um 'exportador' de mão-de-obra e beneficiar de um fluxo líquido positivo de remessas de emigrantes) como públicas (ajuda ao desenvolvimento), (Anexo II.1. linhas 11-27) que no entanto são globalmente insuficientes para contrabalançar o saldo negativo das outras contas correntes.

## 2 - Quanto aos aspectos estruturais pensamos que os mais importantes são:

i) o grande peso das despesas em transportes (que nos países do "hinterland" chegam a ser metade do total das importações) e dos outros bens serviços e rendimentos "privados", <sup>(em que se pode "ler" por ex.: a grande dependência tecnológica e de mão-de-obra espe-</sup> o grande aumento do peso relativo dos rendimentos de "outros rendimentos do investimento", <sup>que inclui os juros de dívida externa</sup> e a diminuição da importância dos rendimentos do investimento directo, do lado dos débitos

ii) e, do lado dos créditos, o aumento das remessas de emigrantes e a diminuição relativa da "ajuda ao desenvolvimento".

Em relação aos movimentos de capitais, (que servem para financiar os défices da BTC) aqueles que assumem um papel mais activo são os capitais de longo prazo (empréstimos na sua maioria) e a variação de reservas, em alguns anos (ver quadros 6 e 7 linhas 12 a 24 e Anexo I.1 e I.3).

Em termos da África no seu conjunto não aparece como claramente delimitável uma estratégia de financiamento do défice da BTC, mas tal não nos impede de pôr em relevo algumas "constantes".

1ª Os países cuja exportação mais importante não é o petróleo, (Quadro 6 linhas 11 a 15) <sup>tendem a</sup> utilizar mais sistematicamente financiamentos de longo prazo. Principalmente entre 1976 e 1979 financiam-no na quase totalidade desta forma, fazendo mesmo aplicações líquidas de curto prazo (em capitais de curto prazo e em reservas) a partir de financiamentos de longo prazo (entre 1976 e 1980).

A partir desta data, principalmente em 1981 tendem também a financiar o défice com fundos de curto prazo.

2ª Os países cuja principal receita de exportação é o petróleo (Argélia e Nigéria neste caso, quadro 6 linhas 6 a 10), apesar de recorrerem bastante a empréstimos de longo prazo, (principalmente entre 1977 e 1979), utilizam mais sistematicamente as reservas como forma de liquidação de défices e como forma de aplicação de superavit (a partir de 1977). Por exemplo em 1979 e 1980 constituem reservas praticamente só a partir de financiamentos de longo prazo (no primeiro ano) e a partir do superavit da BTC (no segundo ano) e em 1981 liquidam um grande défice da BTC a partir da diminuição de reservas.

Analisemos entretanto cada fluxo de capital de per si

1. Conforme se pode verificar no quadro 7 e nos anexos I.1. e I.3. o movimento de capitais de longo prazo, (na quase totalidade constituído por empréstimos) é o tipo de fluxo mais importante além de ser aquele que conduz a um processo de endividamento.

A transferência líquida destes fundos é crescente até 1978 e decrescente a partir daí para o conjunto dos países, se bem que volte a aumentar em 1981 para os não produtores de petróleo (Anexo I.3. linhas 3 e 4). Apesar de os reembolsos também aumentarem, os juros pagos nesta data já são superiores ao reembolso (comparar a linha 13 do anexo I.2 com a linha 11 do anexo I.3). É um tipo de fluxo que tem "memória".

2. Entre 1976 e 1980 a África apresenta-se como uma "exportadora" líquida de capitais de curto prazo (pelo menos em relação àqueles detectados, já que há em alguns países fugas clandestinas de capitais importantes, que quando muito aparecem e mesmo assim, só parcialmente na rubrica "erros de omissões"), o que tem a ver principalmente com depósitos efectuados por bancos no exterior (ver linhas 5 e 6 do anexo I.1).

3. Com efeito, nota-se uma importância desigual dos vários sectores na intervenção nas operações de capital (ver quadro 7 linhas 14 a 21 e anexo I.3):

i) os empréstimos de longo prazo até 1979 são canalizados principalmente pelo sector oficial e pelos 'outros sectores' (empresas públicas e privadas), mas a partir de 1980 são-no na quase totalidade pelo sector oficial;

ii) nas operações de capital de curto prazo passa-se algo de semelhante;

- o sector oficial realiza operações passivas em razão decrescente até 1978, em 1979 reembolsa activos e a partir de 1980 realiza uma grande quantidade de operações passivas;

- o sector das empresas apesar de realizar também operações activas, tem um endividamento líquido crescente até 1979, efectuando a partir dessa data grandes reembolsos;

iii) o sector monetário aparece a financiar-se com capitais de longo prazo e a fazer aplicações em activos de curto prazo até 1980, financiando-se também em 1980 e liquidando activos em 1981, nos mercados de curto prazo;

iv) o sector oficial é assim o mais activo na mobilização de capitais, aparecendo as instituições monetárias com um papel particularmente apagado.

4. As outras fontes de capitais de longo prazo (se nelas incluímos a "ajuda ao desenvolvimento") não conduzem a um processo de endividamento. É nelas que se nota uma situação mais claramente diferenciada entre produtores e não produtores de petróleo:

- i) a "ajuda ao desenvolvimento" <sup>(ver quadro 6 linhas 1,6,11 e anexo I.2 linhas 25 a 27)</sup> é mais importante para os não produtores de petróleo, para os quais, apesar de ser ainda uma fonte importante de financiamento em 1975, vai todavia perdendo importância relativa. <sup>(ver quadro 7 linha 11)</sup> Os produtores de petróleo são, em termos líquidos, fornecedores de "ajuda", principalmente a partir de 1979; <sup>(ver quadro 6 linha 6)</sup>
- ii) o investimento directo <sup>(ver quadro 6 linhas 2,7 e 12)</sup> torna-se uma fonte de financiamento de relevância decrescente para os produtores de petróleo, sendo a tendência inversa assinalável nos outros países (principalmente a partir de 1979, altura em que há um fenómeno curioso de refluxo de investimentos realizados no estrangeiro, a explicar a inversão de tendência global neste período). No entanto, está muito concentrado em alguns países onde constitui, em termos relativos, uma muito importante fonte de financiamento (Tunísia, Egipto, Camarões, RCA, Ruanda, Mauritânia, Quénia e Congo).

5. Um dos componentes mais importantes da variação das reservas (para além da posição em divisas, que é aquela que é mais utilizada para a liquidação de défices da BTC), é a rubrica "uso de crédito do FMI", por duas razões: <sup>(ver quadro 6 linhas 5,10 e 15 quadro 7 linhas 22 e 23 e anexo I.3 linhas 33 a 38)</sup>

a) - por corresponder à utilização de tranches superiores, em relação a posição de reserva no FMI, quando as dificuldades de pagamento internacional se tornam mais graves;

b) - pela sua utilização por parte dos países africanos, principalmente em 1981, onde se denotam grandes dificuldades em obtenção de liquidez internacional, e portanto também para o pagamento do serviço da dívida (anexo I.3 linha 38).

6. As estatísticas do FMI autonomizam uma rubrica a que designam por "financiamento excepcional" <sup>(ver anexo I.1<sup>v</sup> linhas 13 e 14 e anexo I.3 linhas 29 a 32)</sup> que inclui operações tanto de conta corrente como de conta de capital realizadas principalmente com o FMI e o BM e também os atrasos em pagamentos do serviço da dívida (7).

Apesar de as séries <sup>sejam</sup> incompletas (não só quanto à cobertura em países como também em anos), parece haver uma certa "acalmia" em relação a estas operações entre 1979 e 1981 (ver quadros 8 e 9). Refira-se, além disso, que os atrasos no reembolso do serviço da dívida tanto a curto como a médio prazo parecem constituir uma forma importante de "financiamento excepcional", em grande medida por parte do sector não monetário e não oficial. Os dados globais refletem antes de tudo as dificuldades momentâneas de alguns grandes devedores: o Egipto e o Zaire (de 1975 a 1977) o Egipto e o Sudão (1978) e a Nigéria (1982).

## QUADRO 5

SALDO DA BAL. DE TRANSAÇÕES CORRENTES EM ÁFRICA (30 países)  
 ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS OFICIAIS

unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
ARGÉLIA e NIGÉRIA	-1337	-1098	-2852	-5833	54	3584	-4792
OUTROS (28 p.)	-6664	-5283	-5477	-6796	-6347	-7798	-11851
TOTAL (em DSE)	-8001	-6381	-8329	-12629	-6293	-4214	-16643
TOTAL (em US \$)	-9175	-7367	-9724	-15812	-8131	-5485	-19625

Fonte: FMI Balance of Payments Statistics - países: Argélia, Botswana, Camarões, RCA, Congo Egipto, Etiópia, Gabão, Gambia, Gana, C. Marfim, Quênia, Mali, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Ruanda, S. Tomé e Príncipe, Seicheles, S. Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbabué

## QUADRO 6

FLUXOS LÍQUIDOS DE FUNDOS PARA FINANCIAMENTO DO DÉFICE DA BAL. TRANS. CORRENTES

unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
<b>ÁFRICA TOTAL (30 p.)</b>							
Transf. Públicas	1643	1324	1284	1246	1140	1323	1335
Invest. Directos	709	766	942	934	1790	1329	1990
Capitais de l.p. (outros)	4031	4368	5867	8419	6876	4406	4906
Capitais de c.p.	45	-507	-981	-863	-154	-375	795
Variação das Reservas (a)	302	-192	669	2091	-3340	-4569	6079
<b>ARGÉLIA E NIGÉRIA</b>							
Transf. Públicas	4	21	-1	1	-24	-111	-97
Invest. Directos	414	453	524	278	244	-326	143
Capitais de l.p. (outros)	907	1032	1460	3933	2665	953	684
Capitais de c.p.	-17	-60	-35	-232	-2	95	193
Variação das Reservas	121	-210	986	1644	-2848	-3737	3993
<b>OUTROS (28 p.)</b>							
Transf. Públicas	1639	1303	1285	1245	1164	1434	1432
Invest. Directos	295	313	418	656	1546	1655	1847
Capitais de l.p. (outros)	3124	3336	4407	4486	4211	3453	4222
Capitais de c.p.	62	-447	-946	-631	-152	-470	602
Variação das Reservas	181	18	-317	447	-492	-832	2086

Ratio: (FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - TRANSF. PÚBLICAS) / SALDO DA BTC (%)

ÁFRICA	79.8	101.2	97.2	83.9	155.8	167.5	49.5
ARGÉLIA E NIGÉRIA	99.1	137.2	69.5	72.2	(5342.6)	(14.4)	15.2
OUTROS	75.9	93.7	111.6	94.0	109.0	83.9	63.3

Fonte: FMI Balance of Payments Statistics

(a) Ao contrário do quadro 10, (-) significa um aumento de reservas e (+) uma diminuição

QUADRO 7  
ÁFRICA (30 países)  
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS (1975-1981)  
unidade: milhões de DSE

CONTAS	1975		1981		1975		1981	
	débitos	%	débitos	%	créditos	%	créditos	%
<b>CONTA CORRENTE</b>								
Mercadorias(fob)	22909	64.8	51550	64.4	21218	60.0	46635	58.2
Transportes	3456	9.8	7676	9.6	1065	3.0	3755	4.7
Turismo	1006	2.8	2436	3.0	870	2.5	2161	2.7
Rend. de Inv. Directos	1373	3.9	2249	2.8	57	0.2	151	0.2
Out. Rend's de Inv.	879	2.5	4886	6.1	752	2.1	1676	2.1
Out. bens, serv e rend								
-oficiais	1091	3.1	1582	2.0	407	1.2	762	1.0
-privados	2430	6.9	5471	6.8	856	2.4	1727	2.2
Transferências								
-privadas	779	2.2	1820	2.3	1515	4.3	4188	5.2
-oficiais	223	0.6	518	0.6	1866	5.3	1953	2.3
<b>CONTA DE CAPITAL</b>								
Invest. Directo	57	0.2	-504	(0.6)	766	2.2	1486	1.9
Inv. de Carteira	13	0.0	-	-	-	-	178	0.2
Out. Capital de l.p.								
-sector oficial	1106	3.1	2490	3.1	3330	9.4	7045	8.8
-inst. monetárias	-	-	-2	(0.0)	214	0.6	91	0.1
-out. sectores	-8	(0.0)	-23	(0.0)	1585	4.5	235	0.3
Out. Capital de c.p.								
-sector oficial	121	0.3	63	0.1	344	1.0	859	1.1
-inst. monetárias	-45	(0.1)	-289	(0.4)	-97	(0.3)	41	0.1
-out. sectores	-43	(0.1)	169	0.2	221	0.6	-347	(0.4)
Reservas(-uso cred FMI)	-	-	-	-	220	0.6	4127	5.2
Uso de crédito do FMI	-	-	-	-	154	0.4	1186	1.5
ERROS E OMISSÕES	-	-	-	-	6	-	2282	-
<b>TOTAL</b>	<b>35347</b>	<b>100.0</b>	<b>80092</b>	<b>100.0</b>	<b>35349</b>	<b>100.0</b>	<b>80091</b>	<b>100.0</b>

Fonte: FMI Balance of Payments Statistics

## FINANCIAMENTO EXCEPCIONAL

unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
CONTA CORRENTE	817	546	336	242	50	12	27
CAPITAL DE L.P.	1605	498	1399	809	407	456	317
CAPITAL DE C.P.	386	329	588	593	-62	496	-235
TOTAL	2808	1373	2323	1644	395	964	109
ATRASOS DE PAG.(%)	12.6	40.8	94.8	23.6	(25.9)	47.2	66.7
FINANÇ. EXCEP. TOTAL							

Fonte: FMI Balance of Payments Statistics

## QUADRO 9

## ATRASOS DE PAGAMENTO E REESCALONAMENTOS DE REEMBOLSOS

unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
RCA (Atrasados--reesc.)	-	-	-	-	-	-	8.0	13.2
CONGO (Atrasados)	1.9	10.3	12.2	...	...	...	2.4	2.2
GUINEA (Atrasados)	-26.6	46.7	19.6	103.6	-58.0	-59.7	80.5	34.7
LIBERIA (Atrasados)	-	-	-	-	-	-	6.2	-
NIGERIA (Atrasados o.p)	-	-	-	-	-	-	-	3677.0
S. LEOA (Atrasados)	-	6.2	11.9	-9.7	8.1	18.4	4.5	...
SUDÃO (Atrasados)	1.6	22.6	1335.0	43.4	12.0	137.5	...	...
TANZ (Atrasados-c.p)	-	-	-	49.4	75.2	113.9	-19.5	...
UGANDA (Atras.-ofic.)	19.8	5.6	-14.3	24.9	21.3	95.0	-46.9	...
( " -out sect)	3.3	-3.2	4.3	33.1	-15.9	1.6	-1.3	...
ZAIR (Atras.-ofic op)	96.5	96.5	207.2	...	...	...	...	...
( " -set. priv.)	165.0	96.5	207.1	...	...	...	...	...
(Atras. reescal)	-	155.6	256.9	...	...	...	...	...
ZÂMBIA (Atras. o.s. )	131.0	124.0	170.0	143.0	-145.0	104.0	45.0	457.0
TOTAL (milhões DSE)	352.9	560.8	2201.3	387.7	-102.3	454.7	72.7	4184.1
TOTAL (milhões US\$)	428.5	647.4	2570.0	485.4	-132.2	591.8	85.7	4619.2

Fonte: FMI BPS

Nota no quadro 9 o sinal "+" significa que há operações de reescalamento da dívida e/ou que não foi efectuado o pagamento total do serviço da dívida referente a esse ano e o sinal "-" significa que se efectuaram pagamentos referentes a atrasados de anos anteriores. É, portanto, um quadro de fluxos.

## II.2 - CARACTERÍSTICAS GLOBAIS DA DÍVIDA EXTERNA AFRICANA

Para fazer a análise global da dívida externa africana só dispomos de dados sobre a dívida a médio e longo prazos e sobre o serviço da dívida pública (pelo que os valores globais da dívida são subavaliados). Apesar disso dispomos de uma amostra quase igual ao universo (50 países).

Podemos também distinguir três períodos na evolução da dívida (ver quadro 10).

O primeiro período (até 1978-inclusivé) é aquele em que a dívida é crescente em taxa de crescimento e em peso em relação às exportações, em que é utilizada principalmente para financiar défices e mesmo para constituir reservas, e em que o seu custo (juros) se mantém estacionário, a um nível baixo. É portanto uma situação de endividamento "novo", que ocorre em simultâneo com taxas de crescimento reais do produto elevadas. No entanto já se verificam problemas de liquidez em alguns países (no Zaire principalmente).

O segundo período (1979-1980) é claramente um período de transição:

- há, por um lado, uma melhoria relativa na situação da balança comercial, a manutenção de uma alta taxa de crescimento real, e uma diminuição da taxa de crescimento da dívida, o que conduz à diminuição do peso da dívida (linha 15)

- mas, por outro lado, há um agravamento do custo da dívida (devido ao aumento das taxas de juro, linhas 16 e 17).

Tudo isto, conduz a uma alteração do tipo de utilização da dívida (ela vai ser utilizada, principalmente para o pagamento do serviço da dívida acumulada (linha 18), para além da sua utilização para o financiamento do défice, mas também à diminuição das reservas (linhas 3 e 4) como forma de financiamento do défice para os países não produtores de petróleo.

No terceiro período (posterior a 1980) não só há uma deterioração da situação da balança e uma recessão profunda, como um agravamento (pelo menos relativo) das condições de endividamento (ratio do serviço da dívida, linha 16). Mas apesar do peso da dívida se tornar aparentemente esmagador nesta fase (linha 15), verifica-se uma diminuição (em termos absolutos) do crescimento da dívida (linhas 5,6,7, ou seja, em 1982 há um fluxo líquido negativo).

A diminuição relativa do crescimento do endividamento não se deve a uma passagem rápida da África de uma condição de "devedor novo" para uma de "devedor velho" (quer dizer que o endividamento serve ainda em grande parte para financiar o défice da BTC, mais do que para financiar o serviço da dívida, ver linha 18) mas a uma dificuldade crescente de acesso aos mercados de capitais (que apesar disso se tornam numa fonte de financiamento cada vez mais importante) e ainda a situações como por exemplo:

i) - a uma diminuição do montante de dívida expresso em dólares em resultado da revalorização do dólar (que não o montante de recursos nacionais a ser afectado ao seu reembolso);

ii) - a um aumento de operações de renegociação da dívida (Clube de Paris e mesmo consórcios de bancos internacionais quadros 11 e 12)

iii) - a uma tendência <sup>para</sup> a acumulação de atrasados (quadro 9)

iv) - a uma degradação de financiamento com a maior utilização de financiamentos do curto prazo e de reservas (apesar dos défices da BTCXquadro 6)

v) - à evolução favorável das taxas de juro em 1982 (figura 4)

vi) - e, por fim, à multiplicação de intervenções do FMI principalmente a partir de 1980-1981. Segundo JACQUEMOT 1983 "... em 1978 assinaram-se 2 acordos de crédito condicional, em 1979 9, em 1980 12 e em 1981 21, apresentando-se o FMI cada vez mais como o prestador líder ...", sabendo nós além disso que nos quatro primeiros meses de 1983 13 países estavam em negociações com o FMI (África-Asie ).

Apesar de em África os credores oficiais ainda serem os mais importantes (ver quadro 4) também se assiste a uma privatização acelerada da composição da dívida (principalmente entre 1977 e 1979 - o que explicará em grande parte o aumento dos custos da dívida no segundo período), a um aumento da importância das instituições multilaterais (FMI e BM p. ex.) e uma diminuição relativa da "ajuda ao desenvolvimento" e do crédito de fornecedores. O quadro 13 (se bem que apenas para 1975 e 1978) permite diferenciar estas fontes pelas condições que oferecem:

- as fontes de financiamento mais onerosas são precisamente as instituições financeiras multilaterais e os bancos internacionais (linhas 6 a 10), em termos de taxa de juro implícita, ou seja em relação aos juros pagos para um dado montante de dívida;

- os créditos de fornecedores têm um baixo custo, mas também têm um prazo de reembolso muito limitado, <sup>(linha 9)</sup> passando-se a situação inversa com os empréstimos de organismos multilaterais (linhas 4 e 14)

- os empréstimos de organismos bilaterais apresentam um custo inferior, mas um prazo de reembolso muito mais curto do que o dos organismos multilaterais e mesmo do que o dos bancos (ver linhas 11 a 15)

Verifica-se pois que as fontes preferenciais foram precisamente aquelas que oferecem maiores prazos de reembolso (pelo menos até 1978).

Comparando com a dívida global dos PVD's a África apresenta as seguintes diferenças (ver quadros 3, 4 e 10):

- Tem tido um processo de endividamento mais acelerado, apesar de ter ainda uma importância diminuta na dívida global dos PVD's);

- Apresenta alguns países no "clube" dos "campeões" da dívida: a Argélia, o Egipto e, principalmente a partir de 1982, a Nigéria (quadro 14). Salvo no caso da Nigéria, as condições do endividamento são mais favoráveis nestes países africanos do que nos outros "grandes devedores".

- o processo de endividamento em África é muito mais recente, isto se levarmos em linha de conta um "roll-over" muito inferior (o que também significa que a dívida ainda é assumida principalmente para financiar os défices da BTC, e em alguns anos mesmo para aumentar reservas). Não obstante, o fardo relativo da dívida já é superior ao do conjunto dos PVD's (se medido pelo peso da dívida em relação às exportações).

- a novidade do processo de endividamento e a sua repartição pelos vários mutuários (ver quadro 4 e quadro 13) e as condições relativamente mais favoráveis de que a África disfruta em relação a cada um destes (em termos de custo e prazo), faz com que o aumento relativo de recursos afectados para o pagamento do serviço da dívida seja inferior, destinando-se, no entanto, uma parte superior de serviço ao pagamento de juros.

- apesar de a maior parte dos países de África não terem acesso aos mercados privados internacionais de capital, em virtude do alto risco político e financeiro que os bancos internacionais lhes atribuem (ver fig. 4), em termos globais, há também uma tendência para a privatização da dívida, com o correspondente aumento da dívida expressas em taxas de juro variáveis (ver quadro 2). Este recurso aos bancos internacionais, pode ter sido uma tentativa de evitar empréstimos com uma grande carga de condicionalidade, como são aqueles atribuídos principalmente pelas instituições multilaterais.

- esta privatização só resolve os problemas de liquidez no imediato, porque numa segunda fase, dada as condições em que estas empréstimos são feitos, agrava os problemas de liquidez e de reembolso do serviço da dívida. Comprova-o o facto de a África recorrer em grande escala a operações de reescalonamento nos anos 80 (ver quadros 11 e 12) e de haver uma multiplicação de intervenções do FMI à escala de praticamente todo o continente (sem paralelo, provavelmente, com o que se passa com os outros PVD's). Mais grave ainda do que este problema de liquidez, é o problema da chamada "solvabilidade da dívida", isto é da capacidade de esta gerar taxas superiores de investimento e de crescimento. Aqui é <sup>que</sup> a situação de África se apresenta potencialmente catastrófica, já que a recessão generalizada se junta o estreitamento dos mercados para exportação e o aumento do peso do serviço da dívida que, sendo causa ou não dessa recessão, tende a agravá-la a prazo, em virtude da necessidade de organizar a economia para a "maximização" da produção de divisas (que no fundo é aquilo que o FMI faz) (ver Tremblay 1983).

SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO EM ÁFRICA E  
DÍVIDA TOTAL A M.L.P. (1974-1982)

unidades: bilhões de dólares

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
<b>VALOR DA BALANÇA COMERCIAL (1)</b>								
-Países não prod. de petróleo	-4.4	-2.1	-3.0	-6.0	-3.8	-6.2	-9.4	-8.3
-Total África (49 países)	-2.4	3.8	1.3	-10.0	13.4	19.9	-5.5	-3.3
<b>VARIAÇÃO ANUAL DAS RESERVAS TOT.(1)</b>								
-Países prod. de petróleo	-0.11	0.57	-0.52	-1.84	3.66	5.02	-4.84	-2.98
-Total África (49 p.)	-0.04	0.29	0.44	0.04	0.37	-0.16	-0.17	-0.14
<b>DÍVIDA TOTAL (utiliza.)(50 p.)(2)</b>								
-Novos emprést. líquidos	6.7	12.4	15.9	12.4	10.5	13.5	13.5	-0.2
-Taxa anual de crescimento(%)	-22.7	34.1	32.5	19.2	13.7	15.4	-0.2	-0.2
-Peso no total dos PVD (%)	17.2	17.2	18.6	19.5	19.7	19.7	20.2	18.3
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (pública) (3)</b>								
-Total	...	2.9	3.9	5.3	7.5	10.6	11.7	...
-Juros	...	1.0	1.4	1.8	3.1	4.2	4.7	...
-Amortizações	...	1.9	2.5	3.4	4.4	6.5	7.1	...
<b>OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO (Credores Públicos-(4))</b>								
-Nº de operações	1	3	2	3	4	7	5	
-Montante	0.27	0.24	1.25	0.95	0.74	0.97	0.44	
<b>ATRASADOS (no pag.do serviço)(5)</b>								
	0.43	0.65	2.57	0.49	-0.13	0.59	0.09	4.62
<b>Ratio ( <math>\frac{DIV\ TOT}{EXPORT}</math> ) (%)</b>								
	77.1	85.1	97.4	135.2	110.8	91.7	128.5	144.2
<b>Ratio do Serv da Div ( <math>\frac{JUROS}{EXP}</math> ) (%)</b>								
	...	2.3	2.8	3.8	4.5	4.4	6.0	...
<b>Custo Implícito ( <math>\frac{JUROS}{DIV\ ano\ ant.}</math> ) (%)</b>								
	...	3.4	3.9	3.7	4.8	5.4	5.4	...
<b>Ret. Roll-Over ( <math>\frac{SERV\ DIV}{DIV\ UTILIZ}</math> ) (%)</b>								
	...	43.2	31.5	33.3	60.5	100.9	86.7	...
<b>Outros dados: Taxa de crescimento real</b>								
		3.7 (70-78)	3.4(79)	3.7(80)	0.8(81)	0.3(82)		
<b>Taxa de inflação (R. petr)</b>								
		11.0	"	17.5	"	16.9	"	15.4

Fontes:(1)IMI -IPS (2)OCDE Étude 1983 (3)IMF FAP (4)IMF WDR (5)IMI EPS

## QUADRO 11

OPERAÇÕES DE REESCALONAMENTO EM ÁFRICA  
 (montantes globais em 10<sup>6</sup> US\$ e número de países  
 envolvidos)

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
<b>CREDORES OFICIAIS (C. Paris)</b>										
- dados BM: montante	190	270	237	1252	945	-	341	413	...	...
nº países	1	1	2	2	3	-	5	5	...	...
- dados OCDE: montante	190	270	249	630	1775	72	1079	641	2595	...
nº países	1	1	2	1	3	2	7	5	8	...
<b>CONSÓRCIOS DE AJUDA (BM)</b>										
	-	-	-	-	-	64	-	-	...	...
	-	-	-	-	-	1	-	-	...	...
<b>BANCOS COMERCIAIS (BM)</b>										
	-	-	-	-	-	674	630	27	...	...
	-	-	-	-	-	2	2	1	...	...
<b>TOTAL</b>										
- dados do BM	190	270	237	1252	945	743	971	440	...	...
	1	1	2	2	3	4	7	6	...	...
- dados da OCDE	190	270	249	630	1775	884	1709	668	2595	...
	1	1	2	1	3	6	9	6	8	2(JA)

Fontes: BM WDR (1983) ; OCDE (Étude 1983) ; para 1984 Jeune Afrique Économie (reescalonamentos previstos -C. Marfim e Sudão)

QUADRO 12

OPERATIONS MULTILATERALES D'ALLEGEMENT DE LA DETTE OFFICIELLE  
EN FAVEUR DES PAYS EN DEVELOPPEMENT, 1956-83

Pays débiteur et date de l'accord	Période de consolidation	Estimation du montant réorganisé (\$ millions)	Echéance (années)
<b>1. Argentine</b>			
Juin 1956	1955 - Juin 1956	500	9
Oct. 1962	1963 - 1964	270	(8)
Juin 1965	1965	274	5
<b>2. Brésil</b>			
Mai 1961	Juin 1961 - 1965	300	5 1/2
Juil. 1964	1964 - 1965	270	5
Nov. 1983	Août 1983 - Déc. 1984	(3 600)	8 1/2
<b>3. Centrafricaine, République</b>			
Juin 1981	1981	72	9
<b>4. Chili</b>			
Fév. 1965	1965 - 1966	90	-6
Avril 1972	Nov. 1971 - 1972	258	
Mars 1974	1973 - 1974	460	1 1/2
Mai 1975	1975	230	9
<b>5. Costa Rica</b>			
Jan. 1983	Juil. 1982 - Déc. 1983	215	9
<b>6. Cuba</b>			
Fév. 1983	Sept. 1982 - Déc. 1983	415	8 1/2
<b>7. Equateur</b>			
Juil. 1983	Juin 1983 - Mai 1984	(165)	8
<b>8. Gabon</b>			
Juin 1978		(630)	
<b>9. Ghana</b>			
Déc. 1966	Juin 1966 - 1968	170	10
Oct. 1968	1969 - Juin 1972	100	9
Juil. 1970	Juil. 1970 - Juin 1972	(18)	10
Mars 1974	Fév. 1972 et au delà	190	29
<b>10. Inde</b>			
Mars 1968	Avril 1968 - Mars 1971	(100)	25-30
Juin 1971	" 1971 - " 1972	100	25-30
Fév. 1973	" 1972 - " 1974	340	25-30
Oct. 1974	" 1974 - " 1975	194	25-30
Juin 1975	Avril 1975 - Mars 1976	228	25-30
Mai 1976	" 1976 - " 1977	200	25-30
Juil. 1977	" 1977 - " 1978	110	25-30
<b>11. Indonésie</b>			
Déc. 1966	Juil. 1966 - 1967	310	10
Oct. 1967	1968	110	10
Oct. 1968	1969	180	10
Avril 1970	1970 - 1983	2 090	30
<b>12. République khmère</b>			
Jan. 1972	1972	2	8
Oct. 1972	1973	2	10
<b>13. Libéria</b>			
Déc. 1980	Juil. 1980 - Déc. 1981	35	9
Déc. 1981	Jan. 1982 - Juin 1983	30	9
Déc. 1983	Juil. 1983 - Juin 1984	25	9
<b>14. Madagascar</b>			
Avril 1981	Jan. 1981 - Juin 1982	140	9
Juil. 1982	Juil. 1982 - Juin 1983	107	9

QUADRO 12 (continuação)

25

Pays débiteur et date de l'accord	Période de consolidation	Estimation du montant réorganisé (\$ millions)	Echéance (années)
<b>15. Malawi</b>			
Sept. 1982	Juil. 1982 - Juin 1983	25	8
Oct. 1983	Juil. 1983 - Juin 1984	36	8
<b>16. Maroc</b>			
Oct. 1983	Sept. 1983 - Déc. 1984	610	8
<b>17. Mexique</b>			
Juin 1983	Juil. 1983 - Déc. 1983	1 520	6
<b>18. Niger</b>			
Nov. 1983	Oct. 1983 - Sept. 1984	66	9
<b>19. Ouganda</b>			
Nov. 1981	Juil. 1981 - Juin 1982	30	8-10
Déc. 1982	Juil. 1982 - Juin 1983	20	10
<b>20. Pakistan</b>			
Mai 1972	Mai 1971 - Juin 1973	236	4
Juil. 1973	Juil. 1973 - Juin 1974	107	4
Juin 1974	Juil. 1974 - Juin 1978	650	25-30
Jan. 1981	Jan. 1981 - Juil. 1982	232	(25-30)
<b>Pérou</b>			
Sept. 1968	Juil. 1968 - 1969	120	4
Nov. 1969	1970 - 1971	(100)	5
Nov. 1978	1979 - 1980	420	6 1/2-7 1/2
Juil. 1983	Mai 1983 - Avril 1984	560	8
<b>Sénégal</b>			
Oct. 1981	Juil. 1981 - Juin 1982	75	9
Nov. 1982	Juil. 1982 - Juin 1983	80	9
Déc. 1983	Juil. 1983 - Juin 1984	78	9
<b>Sierra Leone</b>			
Sept. 1977	Juil. 1976 - Juin 1978	39	11
Fév. 1980	Juil. 1979 - Déc. 1981	37	7 1/4-9 3/4
<b>Soudan</b>			
Nov. 1979	Oct. 1979 - Juin 1981	475	7-10
Mars 1982	Juil. 1981 - Déc. 1982	(145)	10
Fév. 1983	1983	(270)	16
<b>Togo</b>			
Juin 1979	1979 - 1980	260	10
Fév. 1981	1981 - 1982	(232)	9
Avril 1983	1983	(210)	10
<b>Turquie</b>			
Mai 1959	Août 1958 - 1963	440	12
Mars 1965	1965 - 1967	220	6-12
Mai 1978	Jan. 1977 - Juin 1979	1 300	6-8
Juil. 1979	Mai 1978 - Juin 1980	1 200	7-8
Juil. 1980	Juil. 1980 - Juin 1983	3 000	8-10
<b>Zaïre</b>			
Juin 1976	1975 - 1976	270	9-10
Juil. 1977	1977 (sauf intérêt du deuxième semestre)	170	9-10
Déc. 1977	Juil. 1977 - Déc. 1977	40	9-10
Déc. 1979	1978 - 1980	1 040	10
Juil. 1981	1981 - 1982	500	10
Déc. 1983	1984	1 600	11
<b>Zambie</b>			
Mai 1983	1983	310	10

## CONDIÇÕES DA DÍVIDA SEGUNDO O TIPO DE MUTUANTE -ÁFRICA E PVD's

	ÁFRICA		TOTAL PVD's	
	1975	1978	1975	1978
Ratio (SERVIÇO DA DÍVIDA/DÍVIDA)	10.0	11.2	11.9	15.0
-Oficial Bilateral	5.9	6.8	7.5	8.3
- " Multilateral	7.1	6.1	8.1	8.6
-Crédito de fornecedores	27.1	24.5	26.4	22.8
-Bancos	10.7	13.0	14.9	22.3
	( 1976)		(1976)	
Custo Implícito (JUROS/DÍVIDA <sub>t-1</sub> )	3.9	5.4	5.5	6.4
-Oficial Bilateral	2.2	3.3	2.9	3.4
- " Multilateral	5.2	6.0	5.9	6.8
-Crédito de fornecedores	4.2	5.0	5.7	6.1
-Bancos	7.0	8.7	9.4	9.4
Ratio (JUROS/SERVIÇO DA DÍVIDA)	27.8	36.7	37.6	33.4
-Oficial Bilateral	27.8	40.7	33.6	35.1
- " Multilateral	50.0	72.2	58.8	64.0
-Crédito de fornecedores	13.3	16.0	18.0	20.6
-Bancos	28.6	43.4	49.4	30.5

Fonte: UNCTAD TD/B/C 167

QUADRO 14

POSIÇÃO DOS MAIORES DEVEDORES AFRICAÇOS

LES VINGT PRINCIPAUX PAYS EN DEVELOPPEMENT EMPRUNTEURS (a) : DETTE A LONG TERME EN FIN D'ANNEE (MONTANTS VERSES), 1979-82

27

Pays emprunteur	Dettes versées en fin d'année				dont aux banques (d)	Réserves totales		Croissance p.a. du PNB 1975-81	PNB par habitant 1981
	1979	1980	1981	1982		1981	1982		
	Milliards de dollars								
1. Brésil	50.8	57.1	64.7	72.6	43.9	7.5	4.0	4.7	2 222
2. Mexique (c)	37.7	43.5	53.5	68.4	38.9	4.9	1.7	6.5	2 250
3. Argentine	12.6	16.0	23.7	27.1	15.5	3.5	2.7	0.1	2 560
4. Venezuela (b)	12.3	13.4	14.9	16.5	12.9	8.6	10.0	3.3	4 219
5. Algérie (b)	17.0	17.3	16.9	16.8	3.2	3.9	2.8	6.6	2 143
6. Corée du Sud	15.5	17.4	20.0	22.0	8.7	2.7	2.8	7.0	1 700
7. Iran (b)	10.1	10.0	8.9	5.0	0.2	..	..	-3.7	1 843
8. Yougoslavie	13.5	15.1	15.1	14.4	4.1	1.7	0.9	4.9	2 794
9. Chili	7.1	8.9	11.9	13.4	8.5	3.9	2.5	7.0	2 559
10. Indonésie (b)	15.1	16.6	17.5	20.4	3.8	6.1	4.2	7.7	527
11. Egypte (c)	12.2	13.8	15.2	16.6	0.5	1.5	1.3	11.0	650
12. Arabie Saoudite (b)	2.7	2.9	2.4	2.7	0.8	32.4	29.7	9.8	14 062
13. Nigéria (b)	4.2	5.2	6.0	7.9	3.5	3.9	1.6	2.0	870
14. Irak (b)	2.3	2.5	3.0	2.2	0.1	..	..	1.1	1 738
15. Pérou (c)	6.5	7.1	7.4	8.4	2.9	1.6	1.7	1.4	1 173
16. Philippines	7.5	8.7	10.2	11.9	3.9	2.7	2.5	5.8	787
17. Grèce	5.4	7.0	8.2	8.8	5.4	1.2	1.0	3.4	4 418
18. Turquie	11.8	13.9	14.5	15.0	3.6	1.4	1.1	2.8	1 533
19. Portugal	5.2	6.0	7.1	9.1	5.2	6.2	6.3	3.8	2 502
20. Inde	18.5	18.2	18.9	20.7	0.5	4.9	4.5	3.9	256
Total 20 pays	266.2	301.2	338.1	372.0	168.6	98.7	81.0	4.3	1 038
(% du total PVD)	(68.1)	(67.7)	(67.5)	(67.4)	(82.6)	(58.4)	(52.9)	3.8	931

a. Les pays emprunteurs qui suivent figurent sont rangés par ordre d'importance du service moyen de la dette en 1981-82. Parmi les pays Israël (non inclus la dette militaire officielle), le Maroc, la Thaïlande, Taiwan et la Côte d'Ivoire.

b. Membre de l'OPEP.

c. Exportateur net de pétrole.

d. Encours des crédits bancaires internationaux en provenance des pays du CAD et des marchés des capitaux (à l'exclusion des crédits à l'exportation officiellement garantis).

LES VINGT PRINCIPAUX PAYS EN DEVELOPPEMENT EMPRUNTEURS (a) : SERVICE ANNUEL DE LA DETTE ET PAIEMENT D'INTERETS AU TITRE DU SERVICE DE LA DETTE A LONG TERME AU COURS DE LA PERIODE 1980-83

Pays emprunteur	Service de la dette (paiements effectués)				Paiements d'intérêts				Paiement d'intérêts en % de l'encours à fin de l'année précédente			
	1980	1981	1982	1983	1980	1981	1982	1983 (d)	1980	1981	1982	1983
	Milliards de dollars											
1. Brésil	13.3	15.3	18.1	13.1	6.0	7.6	9.1	8.7	11.8	13.3	14.1	12.0
2. Mexique (c)	9.6	10.7	11.8	10.6	5.0	6.3	6.1	8.3	13.3	14.5	11.4	13.7
3. Argentine	2.8	4.4	6.3	7.0	1.3	1.8	3.4	3.1	10.3	11.3	14.3	11.4
4. Venezuela (b)	4.7	5.0	5.2	4.0	1.5	2.0	2.2	2.0	12.2	14.5	14.8	12.1
5. Algérie (b)	4.1	4.2	4.6	4.8	1.5	1.7	1.8	1.8	8.8	9.8	10.7	10.7
6. Corée du Sud	3.3	3.9	4.5	4.3	1.4	1.8	2.1	2.0	9.0	10.2	10.5	9.1
7. Iran (b)	2.0	5.3	2.9	2.2	0.8	0.9	0.7	0.5	7.9	9.0	10.1	10.0
8. Yougoslavie	3.3	3.4	3.6	2.4	1.2	1.6	1.5	1.3	8.9	10.6	9.9	9.0
9. Chili	2.2	3.0	2.4	2.4	0.8	1.1	1.7	1.6	11.3	12.4	14.3	11.9
10. Indonésie (b)	2.1	2.5	2.8	3.1	1.0	1.2	1.3	1.4	6.6	7.2	7.4	6.9
11. Egypte (c)	1.5	2.1	2.5	2.3	0.3	0.6	0.6	0.7	2.5	4.0	3.9	4.2
12. Arabie Saoudite (b)	2.0	2.2	2.1	1.8	0.2	0.2	0.2	0.3	7.4	6.9	8.3	10.6
13. Nigéria (b)	1.2	1.8	2.0	2.0	0.5	0.6	0.9	0.9	11.9	11.5	14.2	11.4
14. Irak (b)	1.1	1.8	1.9	0.4	0.2	0.2	0.2	0.2	8.7	8.0	8.3	9.1
15. Pérou (c)	1.6	2.0	1.6	2.0	0.6	0.7	0.9	1.0	9.4	10.4	12.2	11.3
16. Philippines	1.2	1.7	1.8	1.9	0.6	0.7	1.0	1.1	8.0	8.0	9.8	9.2
17. Grèce	1.3	1.7	1.7	1.9	0.6	1.0	1.0	0.9	10.7	14.3	12.2	10.2
18. Turquie	1.1	1.3	2.1	3.3	0.6	0.7	1.2	1.1	5.1	5.9	8.2	7.3
19. Portugal	1.2	1.6	1.8	2.0	0.5	0.7	0.9	1.0	9.6	11.7	12.7	10.4
20. Inde	1.4	1.4	1.7	1.9	0.3	0.4	0.6	0.7	1.8	2.2	3.2	3.3
Total 20 pays	61.2	75.4	81.4	75.4	24.8	31.8	37.5	38.4	9.3	10.4	11.1	10.3
(% du total PVD)	(74.3)	(75.7)	(75.7)	(76.4)	(70.5)	(73.6)	(74.6)	(79.8)	9.0	9.7	10.0	8.7

a. Les pays emprunteurs sont rangés par ordre d'importance du service moyen de la dette en 1981-82. Parmi les pays qui suivent figurent Israël (non inclus la dette militaire officielle), le Maroc, la Thaïlande, Taiwan et la Côte d'Ivoire.

b. Membre de l'OPEP.

c. Exportateur net de pétrole.

d. Y compris pour certains pays débiteurs, le règlement des arriérés d'intérêts accumulés en 1982.

Note : Les chiffres pour l'année 1983 reflètent une estimation des paiements d'intérêts effectifs.



### III - SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO EM ÁFRICA

A análise global da dívida é importante, mas pode esconder situações muito diferenciadas, ou traduzir fundamentalmente o resultado do peso de alguns grandes devedores com uma situação específica.

Esta uma das razões porque é importante fazer uma taxonomia das situações de endividamento em África. A outra razão resulta da necessidade de testar a afirmação muitas vezes feita por técnicos da OCDE e do FMI de que não há um "problema da dívida" mas "problemas".

#### a) Método utilizado

O método seguido para obter aquela taxonomia foi o seguinte:

- escolhemos dezoito indicadores sobre o máximo de países para os quais conseguimos obter todos os dados necessários para a sua construção (ver anexo II.1);

- aplicando o conceito de "distância num espaço euclideo" (8) conseguimos transformar as diferenças entre cada par de países, manifestadas pelos diferentes valores que assumiam os indicadores, num único número, formando todas estas distâncias uma "matriz das distâncias" (ver anexo II.2)

- através da agregação de países para a obtenção do máximo de homogeneidade intra-grupos (um mínimo de distâncias) e o máximo de diferenciação inter-grupos (um máximo de distâncias), construíram-se grupos de países com uma situação semelhante perante a dívida.(9)

- calculou-se também uma matriz com as correlações entre os diferentes indicadores para a amostra disponível (ver anexo II.3).

Os indicadores utilizados foram os seguintes, divididos em 4 grupos em que cada grupo exprime certas características específicas; (ver Dhonte 1982)

#### 1. Indicadores do nível de envolvimento na dívida externa (para 1979)

- capacidade de acesso a financiamentos externos e peso relativo do processo de endividamento - Dívida pendente/PNB e Dívida pendente/Exportações

- dependência em relação a empréstimos externos

Dívida utilizada no ano/Importações

- dependência na continuação da transferência de fundos

Transferência líquida no ano/Importações

#### 2. Indicadores da composição da dívida (para 1979)

- parte da dívida obtida em condições de mercado (não liberais)

Dívida em condições não liberais/Dívida pendente

- estrutura da dívida em relação aos montantes mais importantes  
Oficial Bilateral/Dívida pendente; Oficial Multilateral/Dívida pendente  
Instituições financeiras/Dívida pendente

### 3. Indicadores das condições de endividamento (para 1979)

- peso das obrigações contratuais no curto prazo (relacionada com: i - possível necessidade de proceder a reajustamentos ou negociações por motivo de "bunching" ou/ e ii - com a capacidade de gerar divisas para manter importações)  
Serviço da dívida/Exportação; Juros/Exportações (sendo o mais correcto segundo a OCDE)

- taxa de juro global implícita na dívida  
Juros/Dívida total utilizada até ao fim do ano anterior
- ratio de roll-over, isto é, parte da dívida utilizada para o financiamento do reembolso do serviço da dívida  
Serviço da dívida/Dívida utilizada no ano

### 4. Indicadores de diferenciação geral

Em relação aos dados disponíveis escolhemos os mais credíveis e mais gerais, mas não provavelmente os mais importantes:

- taxa de crescimento do PIB (1970-1979)
- relações externas - taxa de crescimento das importações e das exportações (1970-1979)
- política financeira seguida (quando comparado com outros indicadores)  
taxa de crescimento das reservas (composta) (1970-1979)
- situação de liquidez e capacidade para continuar o processo de endividamento - Reservas/Dívida total utilizada (1979)
- evolução do endividamento - taxa de crescimento da dívida total (1970-1979)
- elasticidade rendimento média das importações (se compararmos a taxa de crescimento das importações com a do PIB) (1970-1979)

#### b) Resultados obtidos

##### 1º Correlação entre as variáveis

Analisando a matriz das correlações entre os indicadores (anexo II.3) podemos concluir o seguinte:

1. Há uma forte correlação entre os indicadores do grau de acesso a financiamentos externos (e do peso relativo da dívida) com os de dependência face à dívida e com os indicadores sobre o peso das obrigações contratuais.

Quanto à dependência da dívida esta está mais correlacionada com a continuação dessa dependência e com baixos níveis de endividamento em relação às instituições multilaterais (isto significa que os países mais dependentes da dívida

são aqueles em que as instituições multilaterais ocupam um lugar mais discreto como mutuantes, pelo-menos até à data).

2. Como era de esperar há uma correlação forte entre o peso da dívida em condições não liberais e pequenas dívidas face às instituições oficiais e grandes dívidas em relação às fontes privadas (isto em termos relativos). Aliás, estes dois tipos de fontes aparecem também como claramente concorrentes.

Adicionalmente, as dívidas em condições não liberais e face a instituições financeiras estão altamente correlacionadas com elevados custos implícitos mas também com altas taxas de crescimento do PIB e das importações. As dívidas em relação a organismos bilaterais estão mais correlacionados com baixos custos financeiros e com baixos ratios de liquidez (reservas/dívida) enquanto as multilaterais estão-no com baixos níveis de obrigações contratuais (o que se deve talvez à sua relativa novidade e às suas condições favoráveis de prazo).

3. Há uma forte correlação entre o custo financeiro da dívida e o peso das suas obrigações contratuais.

4. Aparentemente existe uma forte rigidez na relação entre o crescimento do produto e das importações, e destas com, por um lado, o crescimento da dívida e, por outro, com o crescimento das reservas e do ratio (reservas/dívida).

Este facto é uma indicação de um modelo de desenvolvimento muito dependente de importações, gerando estas um grande crescimento da dívida, mas também uma maior capacidade de utilizar empréstimos sem degradar a posição de liquidez de tal forma que isto dá a possibilidade de proceder a um aumento do endividamento futuro, ou pelo menos uma maior maleabilidade em relação ao financiamento de défices futuros (para os países que tiveram maiores taxas de crescimento do produto e das importações, já que para aqueles que estão na situação contrária o que se passa é exactamente o inverso do que se disse - a correlação pode ser "lida" nos dois sentidos).

#### 2º Grupos construídos

Com base nas distâncias entre cada par de países, construímos grupos de que o anexo II.4 nos dá as distâncias internas (grau de compactividade) e entre grupos (grau de diferenciação)(10):

grupo 1 - Camarões

Libéria

Madagascar

Malawi

Quênia

Senegal

Zaire

Zâmbia

- grupo 2** - Gana  
Etiópia  
Tanzânia  
Benin  
Republica Centro Africana
- grupo 3** - Alto Volta  
Somália  
Mali  
Egipto
- grupo 4** - Marrocos  
Tunísia  
Costa do Marfim  
Argélia  
Togo
- grupo 5** - Sudão  
Somália  
Uganda

Há quatro países que têm uma situação bastante diferenciada entre si e com aqueles atrás considerados, o que nos levou a considerá-los separadamente:

- Mauritânia
- Congo
- Ruanda
- Nigéria

O quadro 14 sintetiza os elementos características de cada grupo (média do grupo para cada indicador), bem como os factores de homogeneidade mais importantes dentro de cada grupo (medida pela dispersão relativa de cada indicador para cada grupo através de coeficiente de variação - desvio padrão/média).

Numa apreciação geral, verificamos que há uma grande homogeneidade dentro de praticamente todos os grupos em relação ao nível de endividamento relativo, à composição da dívida e à taxa de crescimento da mesma (salvo para o grupo 5). Certos grupos apresentam também grande homogeneidade em torno das condições do endividamento (1, 4, e 5) e outros em relação à evolução do PIB, (4) das exportações (5) e das importações (3 e 4).

#### c) Análise das situações de endividamento de cada grupo

Vamos utilizar o quadro 14 e o quadro 15 (em que há uma classificação qualitativa relativa de cada grupo em relação a cada indicador) quadros resumo em relação a contas importantes da balança de pagamentos para cada grupo e a acontecimentos importantes relacionados com a dívida (atrasados, reescalamentos e programas com o FMI de que tomámos conhecimento). Centrar-nos-emos acima de

CARACTERÍSTICAS E FACTORES DE HOMOGENEIDADE  
DOS GRUPOS DE PAÍSES CONSTRUÍDOS

Indicadores/grupos	GR 1	GR 2	GR 3	GR 4	GR 5	MAUR	CONG	RUAN	NIGÉ
1. DIV/PNB	35.7'	18.8'	42.6'	51.8'	23.5	120.9	75.8	13.0	5.0
2. DIV/PNB	152.4'	148.7'	434.0'	171.4	187.4	401.4	671.4	107.8	20.7
3. DIV UTL/IMP	32.4'	17.5"	40.2'	44.1'	26.5'	30.5	41.7	22.1	12.8
4. TRS LIQ/IMP	16.6	14.0"	31.2"	23.6	8.8	4.6	-2.1	21.1	10.6
5. COND N <sup>o</sup> LIB	59.1"	32.6'	17.5	75.9"	52.9"	33.5	56.6	1.6	86.6
6. % BILAT OFIC	36.8"	39.8"	57.5"	31.3	48.9'	64.1	59.2	27.0	12.5
7. % MULTILAT OFIC	33.3'	47.0"	37.0'	14.2'	26.0"	22.6	15.0	72.7	18.3
8. % INSTIT FINANC	23.6'	2.2'	3.2	43.2"	7.8	6.3	11.2	0.0	68.8
9. SERV DIV/EXP	10.8	4.3	7.3	19.8"	20.9	32.4	24.6	0.6	1.5
10. JUROS/EXP	6.1'	2.3	5.1	12.0	7.3	10.9	31.9	0.6	1.1
11. JUROS/DIV (t-1)	5.4"	1.9	1.3	7.0'	3.5'	2.8	5.2	1.1	9.4
12. SERV /DIV UTL (t)	53.4	32.2	58.5	78.0'	547.4"	396.4	147.2	4.1	19.1
13. TX CRESC PIB	3.0	2.7	3.9	6.0"	1.8	1.8	2.9	4.1	7.5
14. " " EXP	0.4	-5.7	3.3	1.8	-6.0"	-1.1	8.2	1.6	-0.3
15. " " IMP	-0.6	0.3	7.4'	10.7"	-3.0	5.5	3.3	10.5	20.6
16. RESERV/DIV	14.1	28.5	13.7	17.1	6.5	20.0	5.9	123.4	156.8
17. TX CRESC RESERV	1.6	19.9	21.4	23.9	5.1	50.4	20.2	38.8	43.8
18. " " DÍVIDA	20.5'	17.2'	22.5'	31.9"	16.9'	40.9	21.1	58.2	25.7

Factores de homogeneidade:

(")-coeficiente de variação inferior a 30%

(')-coeficiente de variação entre 30% e 50%

QUADRO 15  
SÍNTESE QUALITATIVA DA POSIÇÃO RELATIVA DE  
CADA GRUPO

Critério / Grupo	1	2	3	4	5	M	C	R	N
1 e 2	I	B	A	I	I	A	A	B	B
3 e 4	A	B	A	A	B	B	I	I	B
5 e 8	I	B	B	A	I	B	A	I	A
6 e 7	B	A	A	E	I	I	I	A	B
9 e 10	I	B	I	A	I	A	A	B	B
11	A	B	B	A	I	I	I	B	A
12	I	B	I	I	A	A	A	B	B
13	I	B	I	A	B	B	I	A	A
14	I	B	A	A	B	B	A	I	I
15	B	E	I	A	B	I	I	A	A
16	I	A	B	I	B	I	B	A	A
17	B	B	I	I	B	A	I	A	A
18	B	B	I	A	E	A	I	A	I

A - posição alta face ao indicador  
I - " intermédia  
B - " baixa

tudo nas posições relativas de cada grupo face aos outros grupos de países africanos.

QUADRO 16  
unidade : milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICE DA BTC (DSE)	-1602	-1186	-1691	-1349	-729	-1649	-1743	-1170
FINANCIAMENTO (%) (10)								
-Cap de l.p.	53	75	64	51	118	159	59	58
-Cap de c.p.	3	(4)	(0)	8	7	11	0	25
-Financiam. Excep.	31	38	52	14	(1)	18	9	42
-Variação de reservas	18	12	(18)	27	(20)	7	40	10
Atrasados (3 Fin Excep)	79	104	66	77	(1611)	36	32	94
Reescalamentos		Zaire	Zaire		Zaire	Lib.	Zaire Lib. Seneg.	Malw. Lib. Seneg.

Programas FMI

todos menos Zâmbia

Fonte FMI BPS

OCDE (reesc.)(1984)

Grupo 1 (ver quadro 16)

Apesar da heterogeneidade do grupo face ao crescimento do PIB, das exportações e das importações, o grupo apresenta uma grande homogeneidade em relação às variáveis caracterizadoras da sua posição de devedor que lhe atribuem uma posição intermédia relativamente ao conjunto da África. Caracteriza-se por:

- uma baixa taxa de crescimento da dívida, que se deve a uma relativa baixa taxa de crescimento das importações e a uma pouca ligação desta ao crescimento do PIB, não obstante, está muito dependente de financiamentos externos para importar;

- um acesso fácil, num contexto africano, aos mercados privados de capitais com os correspondentes altos custos financeiros (também relativos), apesar de recorrer ainda maioritariamente a fontes oficiais;

- não ser ainda um grupo de "devedores velhos", já que a dívida ainda não é utilizada em grande escala para fazer face ao seu serviço;

- revelar uma grande utilização de financiamentos "excepcionais" (principalmente atrasados) e de curto prazo (reservas), donde resulta um baixo crescimento das reservas e do próprio endividamento (em termos relativos), mas também a existência constante de problemas de pagamentos, com reescalamentos quase constantes e a intervenção generalizada do FMI, com maior realce para os anos 80.

QUADRO 17  
 unidade: milhões de DCE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICE DA BTC (DCE)	-288	-166	-257	-585	-256	-630	-624	-146
FINANCIAMENTO (%)								
-Cap de l.p.	106	99	85	43	135	42	63	124
-Cap de c.p.	(5)	(67)	(12)	(1)	(42)	(1)	35	65
-Financ. Excep.	(21)	43	50	32	8	18	12	34
-Variação de reservas	(2)	8	(62)	28	18	23	(22)	39
Atrasados (3 Fin Excep)	(3)	65	150	83	90	47	94	98
Reescalonamentos								
Programas FMI								
							RCA	
							Tanzânia	
							RCA	
							Etiópia	

Fonte: FMI BPS  
 OCDE (reesc.) (1984)

Grupo 2 (ver quadro 17)

Este grupo apresenta também uma certa heterogeneidade face às variáveis não relacionadas directamente com a dívida, ocupa, no entanto, uma posição bastante difícil:

- apresenta tanto um crescimento do PIB como do comércio internacional estagnado

- tem uma grande dificuldade de acesso ao financiamento internacional, estando-lhe praticamente vedados os financiamentos privados, daí que seja uma quase zona de "não devedores";

- impressão que é reforçada pela não existência de uma política de financiamento a longo prazo claramente delimitável: o endividamento não aparece como dependente da evolução dos défices da BTC, nem se destina a fazer face numa medida apreciável ao pagamento do serviço da dívida e parece mais relacionado (pelo menos até 1979) com aplicações em activos de curto prazo (em 1976 e 1979) ou em reservas (1977 e 1981);

- apesar da diminuta dívida, revela problemas constantes de gestão da dívida, com a existência constante de atrasados e mesmo a necessidade de efectuar reescalonamentos no caso da RCA, sendo palco generalizado de intervenções do FMI, quando o défice da BTC se torna mais importantes nos inícios dos anos 80 (o que deve estar grandemente relacionado com o pouco acesso ao financiamento externo).

QUADRO 18  
 unidade : milhões de Dólar

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICE DA BTC (DSW)	-2854	-1365	-1124	-1152	-1490	-441	-1883	-2168
FINANCIAMENTO (3)								
-Cap. de l.p.	(6)	35	34	60	98	179	93	79
-Cap. de c.p.	(9)	(17)	(78)	(36)	(6)	12	2	4
-Financ. Excep.	118	76	147	70	9	18	5	19
-Variação de reservas	(1)	5	(9)	2	(1)	(117)	8	(1)
Atrasados (% Fin Excep)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reescalamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas FMI							Somália	

Fonte: FMI BPS

#### Grupo 3 (ver quadro 18)

Integrado geograficamente no Norte de África, o Egipto tem maiores afinidades com alguns países da África Sub-Sahariana do que com os outros componentes daquela zona (quanto ao aspecto em estudo, claro). O grupo no qual se enquadra apresenta-se com:

- um acesso relativamente fácil a fontes de financiamento externas (daí o importante peso do endividamento e da dependência face a financiamentos externos) quase exclusivamente de origem oficial, de longo prazo e com boas condições, tanto do ponto de vista do custo financeiro, como da sua natureza (principalmente financiamento excepcional, até 1978 por parte do Egipto);

- uma razoável taxa de crescimento das importações e das exportações, com uma redução do défice da BTC até 1978, mas com um agravamento posterior;

- uma alteração do tipo de financiamento a partir de 1978-79, passando a financiar-se em grande parte a partir de fontes "normais" de longo prazo e passando de exportador líquido de capitais de curto prazo a importador;

- evitando utilizar ou aplicar capitais (salvo em 1980) na constituição de reservas (daí a boa situação de liquidez que desfruta), mas servindo-se dos financiamentos a longo prazo principalmente para cobrir o défice da BTC e numa escala já apreciável para reembolso do serviço da dívida (tem um perfil de "devedor novo").

Salvo o caso da Somália e do Mali (em 1983) em relação às intervenções do FMI, não apresentam problemas graves de pagamento do serviço da dívida (nem atrasados nem reescalamentos).

## QUADRO 19

unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICIT DA BTC	-2325	-2570	-4301	-5118	-3902	-2687	-2144	-2297
FINANCIAMENTO (3)								
-Cap. de l.p.	79	125	95	105	103	109	101	81
-Cap. de c.p.	8	(0)	2	(3)	9	16	4	3
-Financ. Excep.	-	1	0	1	1	2	0	0
-Variação de reservas	13	(21)	2	(7)	(8)	(25)	17	19
<hr/>								
Atrasados (3 Fin Exe)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reescalamentos					Togo		Togo	
Programas FMI							C. Marfin Togo Marrocos	

Fonte: FMI BPS

OCDE (1984) (Reesc.)

Grupo 4 (ver quadro 19)

O grande crescimento da dívida, o seu peso relativo e o grau de dependência face a financiamentos externos, deste grupo de países, resulta de um processo de industrialização (aparente nas altas taxas de crescimento do produto) muito dependente das importações, apesar de se notar a partir de 1979 um "controle" progressivo do déficit da BTC. Além disso:

- financiou-se principalmente através de capitais de longo prazo com uma origem privada (o que constitui caso único em África, para além da Nigéria) utilizando já em 1979 uma parte significativa no reembolso do serviço da dívida, o que lhe dá um contorno de "devedor relativamente velho", com um fluxo líquido de capitais praticamente nulo;

- a facilidade de acesso que teve a financiamentos externos tiveram como consequência a necessidade de ter de suportar condições "duras", em termos de custos financeiros e da importância relativa dos recursos "desviados" para pagar o serviço da dívida;

- não contando com a Argélia em 1979 e 1980 que, em virtude do aumento dos preços do petróleo, acumulou reservas, verificamos que este grupo enfrenta a partir de 1979 não só uma degradação das fontes de financiamentos (com uma maior utilização de financiamentos de curto prazo e de reservas), mas mesmo dificuldades em relação ao volume da dívida e ao seu reembolso (com reescalamento e intervenções do FMI em todos os países, salvo para a Argélia).

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICIT DA BTC	-454	-146	-60	-291	-310	-451	-666	-229
FINANCIAMENTO (3)								
-Cap. de l.p.	14	24	(138)	2	92	(17)	9	29
-Cap. de c.p.	9	(22)	42	15	7	(13)	26	4
-Financ. Excep.	45	105	271	45	39	90	62	92
-Variação das reservas	32	33	(35)	1	5	33	47	16
Atrasados (% Fin Exc)	12	20	1009	70	21	73	(11)	...
Reescalamentos			S.Leo		Sudão	S.Leo	Uganda	Uganda
Programas FMI							S.Leo	Uganda

Fonte: FMI BPS

OCDE (1984) (Reesc.)

#### Grupo 5 (ver quadro 20)

Este grupo de países tem uma situação semelhante à do grupo 2, mas de contornos mais "carregados" não só em relação ao crescimento do produto e das exportações como também em relação ao endividamento:

- tem praticamente o mesmo <sup>acesso</sup> ao financiamento externo e também quase exclusivamente a fontes oficiais (neste caso principalmente bilaterais e de financiamento do tipo "excepcional" - em grande parte "atrasados");

- as outras fontes de financiamento que utiliza mais sistematicamente são as reservas e os capitais de curto prazo;

- distingue-se por ter entrado no ciclo do endividamento para pagar o serviço da dívida apresentado mesmo uma transferência líquida negativa, e por ter condições de endividamento piores (não só em termos de custo financeiro, mas também nos recursos mobilizados para pagar o serviço da dívida);

- daí que já tenha operado uma série de operações de reescalonamento e esteja sujeita a programas do FMI (o Sudão só o será em 1983), para além de ter grandes montantes de atrasados.

#### Mauritânia (ver quadro 21)

O elevado nível de endividamento da Mauritânia deveu-se fundamentalmente a um elevado nível de importações sem correspondência quer no crescimento do produto quer no das exportações (ligado a gastos públicos relacionados com a guerra do Sahara). Por isso, tem um altíssimo peso relativo da dívida que se apresenta em 1979 relativamente "antiga", porque é utilizada totalmente para pagar o serviço de dívidas contraídas antes daquela data, havendo mesmo uma transferência líquida negativa, apesar do baixo custo financeiro que suporta.

QUADRO 21  
unidade: milhões de DSE

40

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICE DA BTC	-52	-75	-105	-67	-90	-103	-125	-229
FINANCIAMENTO (%)								
-Cap. de l.p.	16	105	45	106	98	87	83	68
-Cap. de c.p.	0	9	0	12	22	18	12	23
-Financ. Excep.	-	0	2	6	20	4	0	0
-Variação de reservas	85	(24)	32	(30)	(29)	(12)	(21)	12

prog.FMI

Obs: não tem atrasados nem efectuou operações de reescalonamento

Fonte: FMI EPS

Este facto deve-se ao facto de a maior parte da dívida ter origem em empréstimos "normais" de fontes oficiais bilaterais (países árabes na grande maioria), utilizando, além disso, a Mauritânia, capitais de curto prazo para a acumulação de reservas e provavelmente para pagar o serviço da dívida, o que deverá ter evitado a necessidade de acumular atrasados e de efectuar operações de reescalonamento.

QUADRO 22  
unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
DÉFICE DA BTC (DSE)	-205	-197	-166	-144	-77	-127	-390	-290
FINANCIAMENTO (S)								
-Cap. de l.p.	62	58	69	96	73	149	27	140
-Cap. de c.p.	18	6	(4)	(12)	19	(41)	45	(77)
-Financ. Excep.	3	8	11	3	5	2	4	1
-Variação de reservas	4	1	4	5	(31)	(34)	(11)	25
Atrasados (% Fin Exc)	28	67	65	...	...	...	15	100

Obs: Não fez reescalonamentos nem teve programas com o FMI

Fonte: FMI EPS

Congo (ver quadro 22)

O Congo apresenta também uma posição intermédia, principalmente em relação ao binómio custo financeiro-acesso aos mercados financeiros privados (num contexto africano). Suporta, no entanto, um peso da dívida relativamente elevado (não só em relação à dívida em si, como também em relação ao seu serviço), fruto de um endividamento relativamente "antigo": porque tem uma melhoria da BTC entre 1975 e 1979 (período considerado pelos indicadores do quadro 14) em resultado do espectacular crescimento das exportações, porque o endividamento é utilizado no pagamento do serviço de endividamentos anteriores e porque a transferência líquida é negativa.

política de financiamento que parece apoiar-se em capitais de longo prazo para fazer aplicações de curto prazo (em reservas e em capitais de curto prazo, alternadamente) a partir de 1977. Talvez por esta razão não apresenta problemas especiais de liquidez para fazer face ao reembolso do serviço (tem alguns atrasos, mas de pouca expressão, não fez operações de reescalonamento e não teve programas com o FMI).

QUADRO 23  
unidade: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
SALDO DA BTC	-8	16	18	-37	36	-37	-62	-82
FINANCIAMENTO (%)								
-Cap. de l.p.	169	128	150	55	49	92	62	46
-Cap. de c.p.	96	(37)	(60)	46	(17)	60	9	10
-Financ. Excep.	11	-	-	-	18	13	9	-
-Variação de reservas	(117)	(235)	(121)	7	(170)	(77)	6	(35)

Obs. O Ruanda não teve atrasados, nem operações de reescalonamento, nem intervenções do FMI

Fonte: FMI BPS

Ruanda (ver quadro 23)

O Ruanda apresenta um enquadramento geral semelhante ao do grupo 4. ( com grande crescimento do produto e do comércio externo), só que em virtude de ter superhaves na BTC e de ter tido acesso a fontes de financiamento na quase totalidade em condições liberais, tem uma situação financeira extremamente sólida (talvez sólida demais, já que acumula sistematicamente reservas, privando-se assim de uma utilização mais produtiva dos financiamentos a longo prazo que obtem).

É, pensamos um caso único em África, a exigir um estudo mais aprofundado da razão dessa diferença, até porque foi o país que teve um maior crescimento do endividamento e se encontra um pouco dependente de financiamentos externos em relação às importações. Podemos defini-lo como um país não endividado.

QUADRO 24  
unidades: milhões de DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
SALDO DA BTC (DSE)	35	-309	-864	-3006	1292	3280	-4961	-6634
FINANCIAMENTO (%)								
-Cap. de l.p.	491	(8)	42	43	80	(2)	17	15
-Cap. de c.p.	(51)	(11)	(18)	(3)	(6)	1	4	6
-Financ. Excep.	-	-	-	-	-	-	-	55
-Variação das reservas	(557)	102	113	68	(214)	(116)	94	20

Atrasados (% Fin Exc) - - - - - 100

Fonte: FMI BPS

**Nigéria (ver quadro 24)**

Se os indicadores de que nos servimos para construir a tipologia das situações de endividamento fossem tomadas em 1979 e não em 1982, a posição da Nigéria ter-se-ia alterado radicalmente (e mesmo o país africano daqueles que estudamos que verifica alterações mais profundas), já que passou em 3 anos de país com grandes superhaves, para anfitrião de uma missão do FMI (em 1983). As razões destes acontecimentos já são visíveis no período anterior a 1979:

- A Nigéria apresentou nos anos 70 uma alta taxa de crescimento do PIB, mas também das importações, sendo o efeito final em termos de défice de BTC apenas mitigado pelo "segundo choque" petrolífero. Tem portanto uma dupla dependência muito grande de importações e das receitas de apenas um produto primário: o petróleo.

- O reduzido financiamento de que precisou foi feito principalmente junto dos bancos internacionais, com custos financeiros particularmente elevados;

- Adicionalmente, praticou uma política financeira aparentemente bizarra: só episodicamente utiliza empréstimos de longo prazo (outra razão da sua dívida reduzida), usando praticamente só reservas acumuladas quando tem défices, aplicando capital no seu aumento quando tem superhaves. Por outro lado é um exportador líquido de capital de curto prazo, até aos anos 80, passando a utilizar este tipo de capitais como uma fonte importante de financiamento quando os dólares da BTC "explodem".

Daí que este tipo de política financeira seja responsável pelas dificuldades de liquidez que conduziram a um grande montante de atrasados em 1982 e à intervenção do FMI em 1983.

INDICADOR	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PIB	100	105	110	115	120	125	130
Importações	100	110	120	130	140	150	160
Exportações	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de serviços	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de bens	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de rendimentos	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de juros	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de transferências	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de outros	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de serviços	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de bens	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de rendimentos	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de juros	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de transferências	100	105	110	115	120	125	130
Saldo de pagamentos de outros	100	105	110	115	120	125	130

#### IV CONCLUSÕES

Podemos tirar duas conclusões gerais deste trabalho:

1ª O endividamento externo é actualmente uma condicionante forte da situação e das perspectivas de desenvolvimento em África, apresentando-se como um problema geral.

Isto não significa que seja o mesmo problema em todo o continente. As situações encontradas constituirão um espectro em que os "casos limite" serão:

- os países que tiveram uma maior taxa de crescimento do produto que foram precisamente aqueles que tiveram um processo de industrialização mais avançado, apoiaram-no num grande crescimento das importações e no recurso a poupanças externas via bancos transnacionais, resultando a sua dívida em grande parte de condições onerosas de financiamento (e do próprio modelo que seguiram);

- os países que se apresentam numa recessão profunda e num processo de certo afastamento em relação aos mercados internacionais, tiveram um muito menor acesso aos financiamentos externos. Apesar disso, e de a sua dívida ser na quase totalidade assumida em relação a organismos oficiais e a baixo custo, são aqueles que apresentam um "fardo" relativo muito mais pesado e que apresentam constantes problemas de liquidez (e talvez mesmo de solvabilidade da dívida).

2ª A dívida apesar de provocar uma maior dependência da economia face ao exterior, não é boa nem má em si. Caso se inscreva num processo de desenvolvimento decidido e controlado "internamente" e caso seja possível uma aplicação de fundos importados que favoreçam uma melhor "colocação" da economia no longo prazo, a transferência pode ser decisiva. Por outro lado o processo de endividamento tem como característica o facto de, caso seja encetado, ter de manter durante um período alargado de tempo. Daí a importância do seu "controle".

A dimensão, generalidade, condições e enquadramento internacional da dívida externa africana, não parecem ser consequência apenas daquele tipo de falta de financiamento conjuntural, antes inscrevendo-se numa possível alteração do papel da África no Sistema Económico Mundial. O efeito previsível em África do actual peso do endividamento parece ser duplo: recessão e estruturação das economias com o objectivo único de gerar um fluxo líquido de divisas que permita evitar problemas de liquidez internacional <sup>sob a</sup> batuta do FMI (pelo menos para o "segundo grupo" de situações referidas no ponto anterior).

## NOTAS

(1) É necessário fazer desde já algumas precisões sobre o conceito da dívida e sobre os dados disponíveis.

Sobre o conceito da dívida:

**DÍVIDA BRUTA TOTAL = dívida bruta a longo prazo + dívida bruta a curto prazo**

Se os activos de curto prazo excederem os passivos a curto prazo, ou se um país dispuser de activos de longo prazo, faz mais sentido para caracterizar a sua situação falar em:

**DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL = dívida líquida a longo prazo + dívida líquida a curto prazo**

O total dos montantes mutuados designa-se por **DÍVIDA PENDENTE**. Pode no entanto, ter sido utilizada na sua totalidade ou em parte, pelo que se distingue a **DÍVIDA UTILIZADA** (ou dívida pendente (utilizada)) da **DÍVIDA PENDENTE** (incluindo montantes não utilizados).

Também se pode designar por **DÍVIDA UTILIZADA** o fluxo correspondente ao total dos montantes utilizados durante um ano, por exemplo, de empréstimos concedidos.

**TRANSFERENCIA LÍQUIDA DE FUNDOS** corresponderá àquilo que a economia efectivamente utilizou ou colocou, em termos líquidos, do/no exterior durante um ano (ou seja = Dívida utilizada num ano-serviço da dívida).

**O SERVIÇO DA DÍVIDA = Juros + Amortizações**

Sobre os dados disponíveis

Estes baseiam-se em recolhas feitas pelo Banco Mundial (World Debt Tables) que podem ser ou não completados com dados de outras fontes consoante as publicações. Regra geral, há dados disponíveis sobre a dívida a médio e longo prazo, líquida, tanto pendente como utilizada. As publicações do BM referem-se apenas à dívida pública e com garantia pública, enquanto as da OCDE fornecem dados sobre a dívida total de longo prazo (pública e privada).

Para além dos aspectos de veracidade e de capacidade estatística na recolha e notificação dos dados sobre a dívida, há problemas de cobertura. Não são incluídos dados sobre a dívida a curto prazo nem sobre a dívida de origem militar.

Por estas razões todas os dados incluídos neste trabalho devem ser olhados não como "verdadeiros" mas enquanto indicadores de tendências.

(2) As cotações do dólar contra os DSE foram as seguintes:

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
US\$ por 1 DSE	1.2142	1.1545	1.1675	1.2520	1.2920	1.3015	1.1792	1.1040

Fonte: FMI Balance of Payments Statistics

(3) Notar, que pelo facto de a dívida estar expressa em dólares, podemos ser induzidos numa leitura distorcida por efeito da evolução da taxa de câmbio do dólar. A baixa cotação do dólar entre 1978 e 1980 tende a sobrevalorizar a dívida se esta tiver uma parte assinalável denominada noutras divisas, e a alta cotação do dólar a partir de 1980 tende a subvalorizar a importância da dívida quando expressa em dólares (isto sem falar nos efeitos que tem essa revalorização, em termos das moedas nacionais dos países devedores, sobre os montantes dos serviços das partes da dívida denominada em dólares).

(4) Estas operações de renegociação são realizadas em "clubes" informais de credores (para os credores públicos "Clube de Paris" e para os privados o "Clube de Londres") rodeados do máximo segredo e com o beneplácito do FMI.

O facto de elas só se realizarem, depois de aceites pelo FMI cartas de intenções elaboradas por cada país, obriga os devedores a submeter-se a condições particularmente duras de "ajustamento". Além disso o acesso a estes "Clubes" depende, aparentemente, de determinadas condições políticas (O Zaire, por exemplo é um dos grandes "convidados" do "Clube de Paris").

(5) Agregámos, para os 30 países disponíveis nas Balance of Payment Statistics do FMI (depois de ter retirado a África do Sul), as balanças de pagamentos através da agregação de todas as contas que a compõem.

Mantivemos a avaliação em DSE (direitos de saque especiais) já que o que nos interessava eram as suas características estruturais e não a sua comparação com, por exemplo, os dados da dívida, expressos em dólares.

Por estas razões pode haver discrepâncias com o quadro 10 que tem uma cobertura superior (50 países) entre os quais a Líbia que apresenta uma situação diferenciada em relação a todos os outros países (os dados globais encontram-se no anexo I).

Além disso, refira-se, dispomos de itens que correspondem ao somatório das mesmas posições nas balanças agregadas, e não da posição líquida de África em relação ao resto do mundo. Não obstante, nos saldos de cada conta as operações interafricanas compensam-se, pelo que podemos concebê-las como referindo saldos inter-continentais.

(6) Pode-se ver isto comparando os fluxos de entrada de cada tipo de movimento de capital internacional, contabilizados a crédito em carta de capital (no quadro 7 linha 12 para o investimento directo e nas linhas 17 a 21 para os empréstimos) com os fluxos de rendimento em sentido contrário (lucro, juros e outras remunerações) originados pelos fluxos de capital. Estes fluxos de rendimento são movimentados a débito na conta corrente (basicamente nas linhas 4 e 5 do quadro 7).

Assim:

- para o financiamento directo há um fluxo global negativo, já que, apesar de parte dos lucros corresponderem a lucros reinvestidos (movimentado o débito na conta corrente), os lucros não reinvestidos são superiores aos investimentos directos realizados em cada ano do período (movimentado o crédito na conta de capital, quadro 7 linha 2);

- para os outros movimentos internacionais de capital o fluxo global positivo, ou seja, a entrada de capitais é superior aos juros e amortizações pagas (estão movimentados a débito na conta de capital).

(7) O "Financiamento Excepcional" cobre as seguintes situações:

- o financiamento de situações difíceis da Balança de Pagamentos através de doações ("Grants") que tomam o lugar do uso de reservas, por pedido a fontes oficiais (e não a mutuários que os credores considerem como parte das reservas oficiais, por exemplo o FMI)

- doações da "Subsidy Account" do FMI, estabelecida em 1980 para diminuir o juro para alguns PVD's quando utilizam a "Supplementary Financing Facility" do FMI

- utilizações do "Trust Fund" do FMI

- empréstimos para "Ajustamento Estrutural" (BM)

- empréstimos STABEX (CEE)

- atrasos de pagamento do serviço de dívida, reescalonamento da dívida (em relação aos montantes correspondentes ao "período de graça") e dívidas "perdoadas"

- posições a descoberto por parte dos países da zona franco CFA em relação ao Tesouro francês (que são no entanto muito raras)

- empréstimos no mercado dos eurodólares

- empréstimos do Governo e do Banco Central de um dado país e dadas intergovernamentais

tergovernamentais

- esquemas de emergência da ONU (e mais alguns casos ainda mais "excepcionais")

(8) Dados dois países  $i$  e  $l$ , a distância euclideana entre eles, face a um conjunto de indicadores  $j$  é dado por

$$d_{il}^2 = \sum_{j=1}^m (x_{ij} - x_{lj})^2$$

em que  $x_{ij}$  é o valor assumido pelo indicador  $j$  no país  $i$  e  $x_{lj}$  o valor assumido pelo indicador  $j$  no país  $l$  (ver LOPES 1981)

(9) A obtenção de uma tipologia, deveria, mais correctamente, abarcar um conjunto mais amplo de indicadores do que apenas 18 (escolha que foi determinada pela capacidade do computador). Ou, pelo menos, deveria ter havido um processo de escolha a partir de um número mais alargado que conduzisse à escolha dos 18 mais significativos.

Por outro lado não deveria ser restringido apenas aos dados de um ano que pode corresponder a uma situação excepcional para um conjunto de países.

(10) O agrupamento foi feito "à mão" e não por meios automáticos, por isso não foi possível testar hipóteses de agrupamentos alternativos.

(11) Os componentes do financiamento podem não somar 100 em virtude de a rubrica "Erros e Omissões" em alguns anos provocar "desvios".

## APRESENTAÇÃO AGREGADA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS DE ÁFRICA (30 países)

## ANEXO I.1

Unidades 10<sup>6</sup> DSE

		1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	
1	A	CONTA CORRENTE	-6358	-5057	-7045	-11383	-5153	-2891	-15308	
2		a)	-1333	-1077	-2853	-5852	2130	3471	-4889	-6634
3	B	CAPITAL DE L.P.	3121	4631	5343	8541	8253	5314	6641	
4		a)	1321	1485	1984	4211	2909	627	827	1010
5	C	CAPITAL DE C.P.	45	-507	-981	-863	-154	-375	795	
6		a)	-17	-60	-52	-216	-2	65	193	396
7	D	ERROS E OMISSÕES	6	-322	-258	188	-535	1094	2282	
8		a)	-92	-138	-81	210	-90	228	-124	-319
9		TOTAL A - D	-3186	-1255	-2941	-3517	2411	3142	-5590	
10		a)	-121	210	-1002	-1627	2847	4391	-3993	-5547
11	E	ITENS DE CONTRAP.	71	61	-101	-251	552	413	-763	
12		a)	92	31	-122	-257	415	361	-463	-15
13	F	FINANC. EXCEPCIONAL	2808	1373	2322	1643	395	965	109	
14		a)	-	-	-	-	-	-	-	3677
15	G	PASSIVOS RESERVAS DE AUT. MONET. ESTR.	6	13	51	31	-18	19	165	
16		a)	-	-	-	-	-	-	-	-
17		TOTAL A a G	-302	192	-669	-2091	3340	4569	-6079	
18		a)	-29	241	-1107	-1900	3262	4752	-4461	-1885
19	H	MODIF.TOT.RESERVAS	302	-192	669	2091	-3340	-4569	6079	
20		a)	29	-241	1107	1900	-3262	-4752	4461	1885

US dólar por DSE

1.2142	1.1545	1.1675	1.2520	1.2920	1.3015	1.1792	1.1040
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

DSE: Direitos de saque especiais

a) Argélia e Nigéria (1975 a 1981) e só Nigéria (1982)

Países considerados: Argélia, Botswana, Camarões, R.C.A., Congo, Egipto, Etiópia, Gabão, Gambia, Gana, C. Marfim, Quênia, Mali, Mauritânia, I. Maurícias, Marrocos, Nigéria, Ruanda, S. Tomé e Príncipe, Seicheler, S. Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbabué

Fonte: FMI "Balance of Payments Statistics" (1983)

## APRESENTAÇÃO DETALHADA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS GLOBAL

ANEXO I.2

Unidades: 10<sup>6</sup> DSE

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1 MERCADORIAS (fob)	-1691	682	-256	-5708	1390	6672	-4915
2 - crédito	21218	25514	29783	26718	36707	49986	46635
3 - débito	22909	24832	30039	32426	35317	43254	51550
4 TRANSPORTES	-2391	-2392	-2668	-2705	-2390	-3102	-3921
5 - crédito	1065	1460	1909	2511	2968	3583	3755
6 - débito	3456	3852	4577	5016	5358	6685	7676
7 TURISMO	-136	285	318	319	370	-28	-275
8 - crédito	870	907	1614	1671	1722	2053	2161
9 - débito	1006	1192	1296	1352	1352	2081	2436
10 RENDTO DE INV. DIRECTO	-1316	-1650	-2044	-1649	-1594	-2479	-2098
11 - crédito	57	46	50	42	82	85	151
12 - débito	1373	1696	2094	1691	1676	2564	2249
13 OUT. RENDTO DE INVESTIMENTO	-127	-519	-811	-1278	-2098	-2249	-3210
14 - crédito	752	689	582	550	676	1353	1676
15 - débito	879	1208	1393	1828	2774	3602	4886
16 OUT. BENS, SERV E REND OFICIAIS	-684	-1130	-1069	-780	-865	-727	-820
17 - crédito	407	464	484	485	502	615	762
18 - débito	1091	1594	1553	1265	1367	1344	1582
19 OUT. BENS, SERV E REND PRIV.	-1574	-1577	-2564	-2423	-3120	-4691	-3744
20 - crédito	856	1155	893	973	1119	1453	1727
21 - débito	2430	2732	3457	3396	4239	6144	5471
22 TRANSFERÊNCIAS PRIVADAS	736	1034	1098	1841	2061	2399	2368
23 - crédito	1515	1968	2089	2967	3473	4106	4188
24 - débito	779	934	991	1126	1412	1707	1820
25 TRANSFERÊNCIAS OFICIAIS	1643	1324	1284	1246	1140	1323	1335
26 - crédito	1866	1591	1532	1499	1476	1818	1853
27 - débito	223	267	246	253	336	495	518

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1 INV. DIRECTO	709	766	885	934	1790	1329	1990
2 - crédito (do estr.)	766	828	942	981	1818	811	1486
3 - débito (no estr.)	57	64	57	47	28	-518	-504
4 INV. CARTEIRA	-13	-5	-9	-6	-4	46	178
5 - crédito	-	-	-	-	-	46	178
6 - débito	13	5	9	6	4	-	-
(créd)7 OUT.CAP.L.P. (sect OFICIAL)	2224	2257	3326	4651	3964	3567	4555
(D)8 - utilizações de empréstimo concedido	157	71	223	130	201	98	203
(C)9 - reembolso de emp. concedido	17	4	15	31	80	78	71
(D)10 - outros activos	242	66	128	74	14	56	55
(D)11 - reembolso de emp. contraído	710	707	1048	1109	1249	1834	2232
(C)12 - utilizações de emp. contraído	2344	3041	4792	5793	5340	5387	5931
(C)13 - outras obrigações	972	56	82	140	8	90	1043
14 OUT.CAP.L.P. (inst.monet.)	214	220	235	681	365	58	93
(D)15 - activos liq.	-	-2	2	8	-	2	-2
(C)16 - passivos liq.	214	218	237	689	365	60	91
17 OUT.CAP.L.P. (out.sect.)	1593	1891	2306	3087	2547	781	258
(D)18 - activos	-8	40	87	-6	12	40	-23
(C)19 - passivos	1585	1931	2393	3081	2559	821	235
20 OUT.CAP.C.P. (not OFICIAL)	223	216	260	91	85	353	796
21 - activos	121	-23	132	-2	-86	-43	63
22 - passivos	344	193	392	89	-1	310	859
23 OUT.CAP.C.P. (inst.MONET.)	-52	-328	-833	-392	-378	-5	330
24 - activos	-45	454	234	323	620	483	-289
25 - passivos	-97	126	-599	-69	242	478	41
26 OUT.CAP.C.P. (out.sect.)	264	-53	229	68	59	-233	-516
27 - activos	-43	145	136	287	387	18	169
28 - passivos	221	92	365	355	446	-215	-347
29 FIN. EXCEPCIONAL	2808	1373	2323	1644	395	964	109
30 - c. corrente (transf.)	817	546	336	242	50	12	27
31 - cap. L.P. (líquido)	1605	498	1399	809	407	456	317
32 - cap. C.P. (líquido)	386	329	588	593	-62	496	-235
33 OURO MONETÁRIO	-	1	-5	-15	-13	-18	-9
34 DSE	22	3	-10	11	53	324	20
35 PORÇÃO RESERVA NO FMI	-174	-99	7	-39	68	-170	-123
36 DIVISAS	290	-370	561	1575	-3164	-4585	4259
37 OUT. RESERVAS	82	-39	-52	77	60	187	-20
38 USO DO CRÉDITO DO FMI	154	374	70	230	209	133	1186

## TIPOLOGIA DE SITUACOES

## DIVIDA EXTERNA

Fontes: EM TAP e WDR (varios anos)  
CCDE (Estudo 1983)  
FMI IFS

PAISES	DIV/PNB	DIV/EXP	DIV UTIL/ IMPORT	TRFS.LIB /IMPORT	COB.N/ LIBER.	% BILAT. OFICIAL	ZMULTIL.	ZINSTIT FINANC	SERV.DIV /EXPORT	JUROS/ EXPORT	JUROS/ DIV(T-1)	SERV.DIV /DIV UTIL	TXCRPIB 70-79	TXCREXP 70-79	TXCRIMP 70-79	RESERVA/ DIV 79	TXCRRES 70-79	TXCRDIV 70-79
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1 C.MARFIM	40.3	145.0	38.8	17.5	89.9	15.1	14.8	55.4	15.2	9.8	8.8	65.5	6.7	5.2	10.1	4.6	3.9	34.3
2 TUNISIA	43.5	108.8	27.8	15.1	57.1	33.8	17.6	27.8	11.8	9.2	6.9	48.3	7.6	4.8	11.2	21.8	48.4	21.1
3 ARGELIA	49.1	173.9	49.9	17.8	94.9	15.3	4.8	56.4	25.6	13.3	8.8	124.2	5.8		14.2	35.9	35.7	36.4
4 ETIOPIA	15.7	148.3	21.5	16.9	11.5	41.2	55.2	2.1	4.9	3.1	2.4	38.1	1.9	-2.7	0.4	51.8	18.1	15.5
5 MALI	44.2	307.9	43.9	38.9	11.1	58.8	38.7	2.8	8.5	1.7	8.6	149.2	5.0	4.7	5.5	3.1	37.8	9.6
6 RUMANDA	13.8	107.8	22.1	21.1	1.6	27.8	72.7	0	8.6	0.6	1.1	4.1	4.1	1.6	10.5	123.4	38.8	58.2
7 SOMALIA	48.4	491.9	38.3	29.6	4.5	48.2	31.7	0	1.1	8.9	8.2	4.2	3.1	5.6	7.7	9.9	11.1	24.3
8 A.VOLTA	25.4	316.8	26.8	23.6	23.4	42.0	53.9	4.1	3.8	4.9	2.1	12.6	-0.1	3.1	5.2	26.2	7.2	32.8
9 BENIN	19.2	97.9	14.3	18.6	32.9	36.1	59.8	2.2	5.1	1.6	2.1	33.8	3.3	-11.4	6.3	10.8	2.5	18.3
10 MALAVI	33.1	181.5	34.6	27.8	44.3	28.1	48.7	19.9	9.4	6.9	4.1	81.1	6.3	4.6	4.3	17.7	11.1	14.9
11 ZAIRE	51.8	285.5	36.2	8.8	88.1	34.4	13.7	36.6	9.1	7.2	3.7	11.2	-0.7	-1.1	-11.9	8.9	6.6	32.8
12 TANZANIA	25.3	220.5	19.8	16.1	32.1	46.7	48.8	3.7	7.4	4.4	2.1	58.4	4.9	-6.6	-0.5	6.8	9.7	18.6
13 MADAGASCAR	12.6	88.3	12.6	9.8	49.6	40.4	43.8	14.5	3.9	2.8	3.1	28.2	8.3	-1.8	-1.7	1.4	-19.9	15.8
14 S.LEDA	33.4	141.8	32.3	14.1	55.3	24.1	26.7	7.8	22.2	5.9	4.4	544.1	1.6	-6.3	-3.0	16.3	2.1	19.3
15 R.C.A.	24.8	187.5	17.1	17.1	54.9	26.8	48.6	1.3	8.1	0	8	1.6	3.3	-8.5	-5.8	32.7	54.1	25.8
16 QUENIA	24.3	129.3	22.3	16.0	48.1	28.8	44.3	22.8	7.5	5.4	6.3	25.3	6.5	-8.5	-1.8	46.9	13.2	16.4
17 UGANDA	2.6	57.4	15.2	3.5	51.8	72.3	27.1	9.1	7.4	1.2	2.8	388.6	-0.4	-7.0	-10.5	0	8	7.5
18 TOGO	85.9	339.8	65.8	50.3	71.8	34.8	17.5	39.7	24.4	6.4	3.2	78.8	3.6	-2.5	9.8	8.3	6.2	48.5
19 EGIPTO	40.4	628.8	59.8	32.6	28.9	61.8	23.6	6.5	15.8	12.9	2.4	68.1	7.6	-2.1	11.1	15.7	30.4	24.8
20 CAMARDES	32.9	144.7	39.8	29.8	57.9	36.8	26.4	32.8	9.5	5.8	5.6	27.1	5.4	0.5	7.8	8.6	6.4	32.4
21 SUOAO	34.5	363.9	32.8	8.9	51.4	50.2	24.3	15.5	33.8	14.8	4.1	717.4	4.3	-4.4	4.5	3.2	13.2	23.8
22 NAURITANIA	120.9	481.4	30.5	4.6	33.5	64.1	22.6	6.3	32.4	10.9	2.8	396.4	1.8	-1.1	5.5	28.8	50.4	48.9
23 NIGERIA	5.8	20.7	12.8	18.6	86.6	12.5	18.3	68.8	1.5	1.1	9.4	19.1	7.5	-8.3	20.6	154.8	43.8	25.7
24 SENEGAL	32.3	186.7	29.8	12.8	48.8	35.8	28.7	29.3	13.7	10.2	7.3	85.9	2.5	-8.8	4.5	4.5	5.3	26.8
25 ZAMBIA	58.5	113.2	48.9	9.8	64.1	49.8	24.1	15.7	19.7	6.8	6.7	112.8	1.5	-8.7	-6.1	12.4	-10.3	11.3
26 LIBERIA	48.4	89.2	35.3	19.9	56.2	41.6	36.6	18.4	13.8	4.3	6.6	43.8	1.8	2.3	2.3	12.1	8	12.8
27 CONGO	75.8	671.4	41.7	-2.1	56.6	58.2	15.8	11.2	24.6	31.9	5.2	147.2	2.9	8.2	3.3	5.9	28.2	25.1
28	48.3	292.5	39.8	17.3	47.1	36	17.4	37.4	21.8	21.9	8.8	73.6	6.1	1.8	6.3	24.1	11.1	11.1
29 GUA	9.6	89.1	14.4	9.5	31.7	47.8	32.2	1.7	4.2	2.4	3.1	37.9	-8.1	-7.2	8.3	41.6	28.1	8.8

AFRICA  
TIPOLOGIA DE SITUACOES  
DIVIDA EXTERNA

ANEXO II.2

MATRIZ DAS CORRELAÇÕES ENTRE OS  
INDICADORES ESCOLHIDOS

	DIV/PNB	DIV/EXP	DIV UTL/ IMPORT	TRFS.LIG /IMPORT	COND.NV. LIBER.	% BILAT. OFICIAL	%MULTIL.	%INSTIT FINANC	SERV.I /EXPI	JUROS/ EXPORT	JUROS/ DIV(T-1)	SERV.DIV /DIV UTL	TXCRPIB 70-79	TXCREXP 70-79	TXCRIMP 70-79	RESERV/ DIV 79	TXCRPES 70-79	TXCRDIV 70-79
	1	2	3	4	5	6	7	8		10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	1.000	.628	.678	.148	.132	.285	-.483	.897	.722	.523	.861	.208	.052	.293	.132	-.354	.213	.331
2	.628	1.000	.535	.176	-.228	.497	-.271	-.199	.417	.627	-.268	.141	.883	.344	.141	-.337	.171	.183
3	.678	.535	1.000	.541	.246	.864	-.513	.289	.688	.473	.288	.867	.268	.334	.221	-.347	-.018	.244
4	.148	.176	.541	1.000	-.218	-.878	.116	.856	-.189	-.256	-.236	-.289	.354	.251	.377	-.864	.061	.213
5	.132	-.228	.246	-.218	1.000	-.523	-.726	.842	.379	.325	.785	.052	.205	.022	.053	-.835	-.899	.081
6	.285	.497	.864	-.878	-.523	1.000	-.825	-.625	.122	.148	-.473	.248	-.301	.028	-.278	-.453	-.833	-.355
7	-.483	-.271	-.513	.116	-.726	-.825	1.000	-.625	-.610	-.535	-.576	-.238	-.175	-.174	-.141	.236	-.119	-.044
8	.897	-.199	.289	.856	.842	-.625	-.625	1.000	.241	.235	.824	-.156	.457	.220	.469	.244	.062	.305
9	.722	.417	.688	-.189	.379	.122	-.610	.241	1.000	.787	.369	.655	.894	.009	.184	-.374	.024	.176
10	.523	.627	.473	-.256	.325	.148	-.535	.235	.787	1.000	.422	.248	.216	.316	.169	-.283	.089	.125
11	.861	-.268	.288	-.236	.785	-.473	-.576	.824	.369	.422	1.000	-.021	.397	.186	.342	.161	-.042	.038
12	.208	.141	.867	-.289	.052	.248	-.258	-.156	.655	.248	-.021	1.000	-.153	-.293	-.175	-.251	-.038	-.092
13	.052	.883	.268	.354	.205	-.381	-.175	.457	.894	.216	.397	-.153	1.000	.314	.699	.258	.427	.192
14	.293	.344	.334	.251	.822	.028	-.174	.220	.889	.316	.186	-.293	.314	1.000	.316	.015	.252	.198
15	.132	.141	.221	.377	.853	-.270	-.141	.469	.184	.169	.342	-.175	.699	.316	1.000	.437	.442	.453
16	-.354	-.337	-.347	-.864	-.835	-.453	.236	.244	-.374	-.283	.161	-.251	.259	.015	.437	1.000	.488	.343
17	.213	.171	-.018	.061	-.899	-.833	-.119	.062	.824	.889	-.042	-.038	.427	.252	.442	.488	1.000	.343
18	.331	.183	.244	.213	.081	-.355	-.844	.305	.176	.125	.038	-.092	.192	.190	.453	.343	.343	1.000

AFRICA  
DE SITUACIÖES  
DIVIDA EXTERNA

ANEXO II.3

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
	Cam. 1	Arg. 2	Eti. 3	Mali 4	Niger 5	Senegal 6	Somalia 7	Guinea 8	Mali 9	Zaire 10	Burkina 11	Sierra 12	Lib. 13	Senegal 14	Guinea 15	Eti. 16	Cam. 17	Som. 18	Arg. 19	Lib. 20	Sen. 21	Guinea 22	Eti. 23	Cam. 24	Som. 25	Arg. 26	Lib. 27	Sen. 28	Guinea 29	Eti. 30
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
13	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
14	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
16	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
18	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
21	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
22	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
23	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
24	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
25	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
26	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
27	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
28	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
29	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
30	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

$D_{11} = 0.417$								
$D_{12} = 0.423$	$D_{111} = 0.657$							
$D_{13} = 0.475$	$D_{120} = 0.699$	$D_{100} = 0.791$						
$D_{14} = 0.485$	$D_{121} = 0.610$	$D_{101} = 1.000$	$D_{204} = 0.677$					
$D_{15} = 0.55$	$D_{125} = 0.7$	$D_{105} = 0.691$	$D_{205} = 0.859$	$D_{345} = 0.700$				
	$D_{1211} = 0.801$	$D_{1011} = 0.896$	$D_{2011} = 0.755$	$D_{341} = 0.754$	$D_{271} = 0.707$			
	$D_{1210} = 0.824$	$D_{200} = 1.004$	$D_{200} = 0.799$	$D_{340} = 0.748$	$D_{270} = 0.810$			
	$D_{1218} = 0.83$	$D_{201} = 0.726$	$D_{201} = 0.745$	$D_{42} = 0.902$	$D_{278} = 1.007$			
	$D_{211} = 1.07$	$D_{2011} = 1.054$	$D_{2011} = 1.105$	$D_{411} = 0.809$	$D_{2711} = 1.027$			
	$D_{110} = 0.73$							
	$D_{112} = 1.16$	$D_{212} = 1.26$						
	$D_{1111} = 1.22$	$D_{2111} = 1.33$	$D_{2111} = 0.82$					

DISTÂNCIA MÉDIA GLOBAL = 0.870

AFIA

- Afrique Asie numeros 288 (31.1.83) e 289 (14.2.83)
- Banco Mundial World Annual Report (vários numeros)
- Banco Mundial World Development Report (vários numeros)
- Dhonte, P., (1979) La dette des pays en développement, Notes et Études documentaires La Documentation Française, Paris, 1979
- Fundo Monetário Internacional Balance of Payments Statistics (vários numeros)
- Fundo Monetário Internacional International Financial Statistics (vários numeros)
- Griffth-Jones, S. (1984) "El crecimiento de la banca transnacional y el mercado de eurodólares. Sus effects en los paises en desarrollo" El Trimestre Económico, Jan-Mar 1984 Vol. 51, 1, nº 201 pp 73-98
- Hussain, M., Thirlwall, A. (1984) "The IMF Supply-Side approach to devaluation: An assessment with reference to Sudan" Oxford Bulletin of Economics and Statistics vol. 46, Maio 1984, nº 2 pp 145-168
- Jacquemot, P. (1983) "Le FMI et l'Afrique Subsaharienne: une critique des politiques d'ajustement" Problèmes Économiques nº 1845 (26.10.83) pp 13-18
- Jeune Afrique Economie, numeros 31 (19.1.84), 38 (26.4.84) e 39 (10.5.84)
- Lopes, A.S. (1981) "O recurso à taxonomia numérica em análise regional" Estudos de Economia vol I, nº 2 1981 pp 223-227
- Marois, B. ; Behar (1981) "La prévision du risque politique liée aux investissements à l'étranger" Révue d'Économie Industrielle nº 16, 2º trimestre 1981 pp 34-44
- OCDE (1982) Interdependance Économique Mondiale, Paris, 1982
- OCDE (1984) Endéttement Extérieur des Pays en voie de Développement-Étude 1983
- Tremblay, D. (1983) "L'endéttement international et les problèmes d'ajustement: une perspective générale" L'Actualité Économique vol 59, nº 2 Junho 1983 pp 283-324

